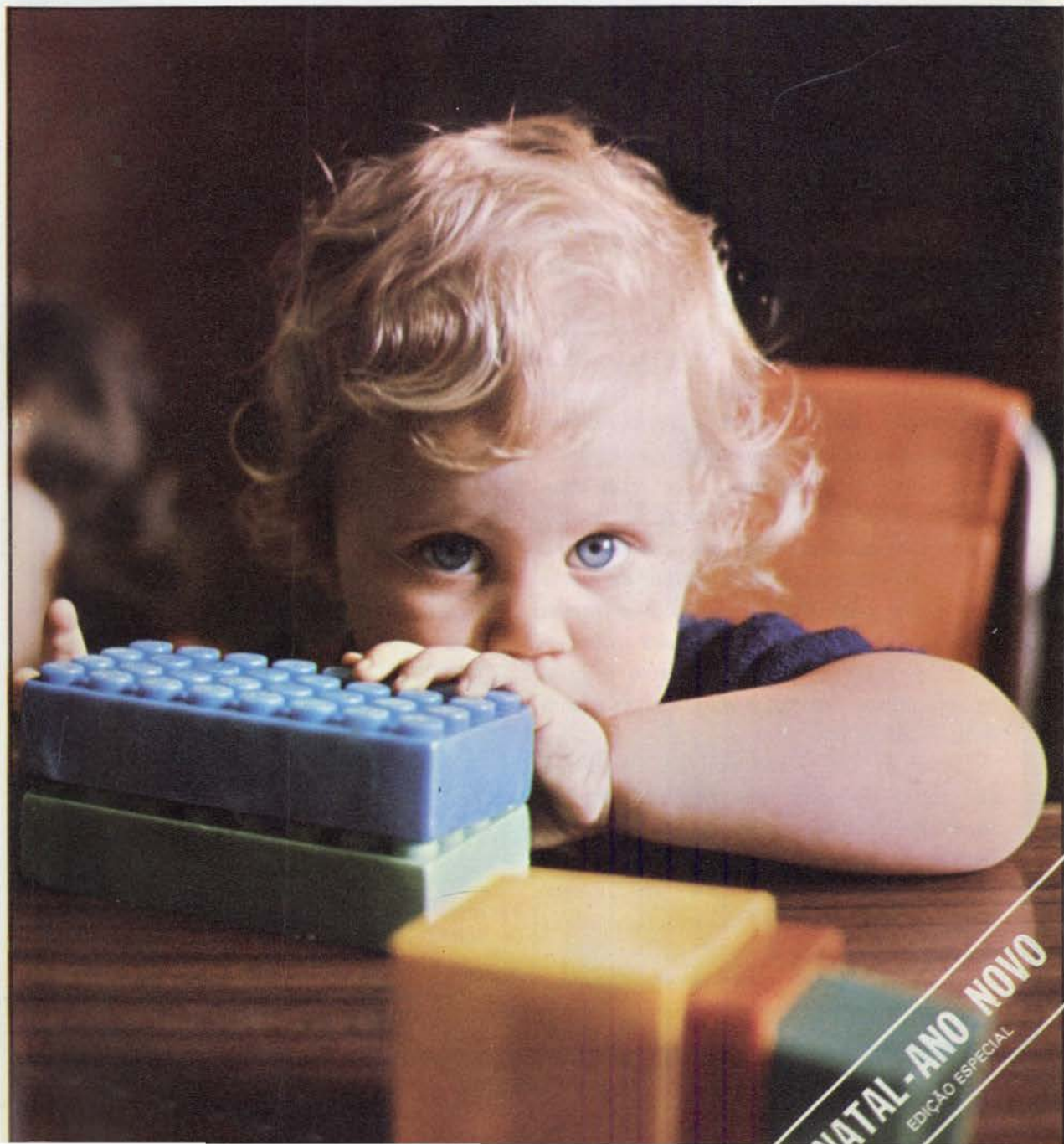




45h
de Abril

SECRETARIA DE ESTADO DA EMIGRAÇÃO



MENSAGEM DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA EMIGRAÇÃO

Em nome do Governo Português e no meu próprio, aproveito esta quadra do Natal para dirigir uma mensagem, simples mas sincera, de amizade e solidariedade aos nossos compatriotas que se encontram emigrados por todo o mundo, na perspectiva de forte ligação entre todos os portugueses, dentro e fora da nossa Pátria.

Tal ligação constitui para nós um objectivo primordial que será prosseguido com todos os meios ao nosso dispor, por julgarmos que aqueles que se viram forçados a emigrar são credores de todo o nosso apreço e esforço, para além das dificuldades, por vezes insuperáveis, mas que urge atacar frontalmente.

Desejo publicamente assegurar a todos os portugueses emigrados o melhor da minha actividade e do meu trabalho e a minha firme certeza na determinação dos trabalhadores portugueses em continuarem a prestigiar o nosso País onde quer que se encontrem.

Para o Ano Novo que se avizinha e que todos queremos que marque sensíveis transformações da sociedade portuguesa no sentido de justiça social, de liberdade e da dignificação, desejo em nome do Governo Constitucional e no meu próprio, as maiores felicidades.



Dr. João Lima, Secretário de Estado da Emigração.

DEPÓSITO LEGAL - 0. JAN 1977

N.º 15 - NOVEMBRO-DEZEMBRO/1976 - Preço 15\$00

REVISTA MENSAL

PROPRIEDADE: SECRETARIA DE ESTADO DA EMIGRAÇÃO

EDIÇÃO E DIRECÇÃO: SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E APOIO CULTURAL

SEDE: PRAÇA DO AREEIRO, 11, 2.º ESQ. - TELS. 72 15 30/72 60 95

CHEFE DE REDACÇÃO E ORIENTADOR GRÁFICO: JOSÉ CARDOSO

REDACTORES: AVELINO PINTO, PALMINHA SILVA E JORGE ALVES DA SILVA

COMPOSTO E IMPRESSO POR MIRANDELA & C.ª TRAV. CONDESSA DO RIO, 7-9 - LISBOA

25 de Abril

2 OS LEITORES EMIGRANTES ESCRIVEM

4 O PAÍS HOJE

12 TOME NOTA

19 NATAL

28 PORTUGAL E O MUNDO

32 PELAS NOSSAS TERRAS

36 O EMIGRANTE PORTUGUÊS NO MUNDO

39 LIVROS



tome nota ...
Pág. 12



NATAL

Pág. 19



HOMENAGEM A MARIA DA FONTE

Pág. 32

AOS LEITORES

Do presente número da Revista «25 de Abril» foi feita uma tiragem especial, atendendo à quadra festiva que atravessamos. Por razões técnicas e pela necessidade de distribuir a Revista mais cedo que o habitual, fomos obrigados a inserir matéria noticiosa que à altura da distribuição se encontrará já em boa parte desactualizada. Para o facto pedimos a compreensão dos leitores.



PORTUGUESES NOS E.U.A.

Pág. 36

OS LETTORES EMIGRANTES ESCREVEM

«AO CONTRÁRIO DO QUE SE DIZ POR CÁ...»

Acabo de receber o número 13 da revista «25 de Abril» e envio o cheque para pagamento de mais uma assinatura anual.

Também quero agradecer o jornal «Portugal Informação/Documentos», que semanalmente me é enviado e que recebo com regularidade. Tanto o Jornal como a Revista me agradam, não só por nos darem informações directas do que se passa no nosso Portugal, como também nós emigrantes podemos escrever através deles, como é o caso da Revista «25 de Abril».

Regressei de Portugal no passado dia 21 de Setembro, onde eu e meu marido passamos 75 dias.

Que satisfação nós tivemos ao verificar que não é verdade nada do que dizem cá fora! Andamos por todo o lado, vimos as praias cheias de gente, todos andando livremente e sem medo. Ao contrário do que se diz cá fora, vimos como satisfação que também não falta de comer, excepto o fiel amigo bacalhau, que, no entanto, se em qualquer restaurante o pedissemos ele aí estava presente... Quanto ao custo de vida, está realmente um pouco cara, mas não será isto por todo o mundo?

Outras coisas houve que nos deixaram tristes, como por exemplo: as barracas no Terreiro do Paço e Cais do Sodré, a falta de civismo como algumas pessoas

utilizam os transportes públicos, que estão todos sujos e estragados, pois tivemos ocasião de verificar isso nos comboios da linha de Sintra e Cascais, assim como uma placa de Salvador Allende numa rua de Oeiras toda partida, enquanto outra de António Ferro, impecável, que até parecia ter sido posta naquele momento, a maneira como certas pessoas nos atacam porque estamos na África do Sul, ou por que temos ideologia diferente, enfim, tristezas simplesmente.

No que diz respeito aos transportes públicos, achamos que as comissões de trabalhadores deviam também olhar por isto. Muito mais gostaria de dizer, mas fica para a próxima. Também gostaria de falar dos nossos emigrantes daqui, mas é difícil saber os que estão com a revolução.

Maria Luísa R. Vidinha
(África do Sul)

«HÁ MUITA COISA A COMPOR...»

É com imenso prazer que me encontro a escrever para a Revista «25 de Abril», à qual passo a propor as minhas sugestões. Estou a ver que Portugal se encontra agora muito melhor. Mas há muita coisa a compor: é preciso, por exemplo, acabar com as suspeitas contra os emigrantes. Devemos poder entrar e sair de Portugal sem ser preciso nos chatear por nos encontrarem nos algo nos bolsos. Uma coisa

que está mal feita é quando nós vamos a Portugal, e depois no regresso nos sobram uns tostões e obrigam-nos a metê-lo no Banco. Acho isso uma coisa incrível.

Quanto à Revista «25 de Abril», espero que não volte a acabar, como aconteceu há tempos. Chega-nos às mãos em boas condições, mas muito atrasada, e isso é pena. Espero que melhorem este aspecto.

Arcanjo Martins de Pinho
(Alemanha)

Obrigado pelo seu incentivo. Também esperamos e tudo faremos para que a Revista continue a publicar-se. Quanto ao atraso com que lhe chega às mãos, também cremos dentro de pouco tempo poder solucionar a questão. Aliás, segundo informações de outros leitores, os últimos números já chegaram mais cedo. Quanto à questão do dinheiro, entendemos que deve reflectir um pouco, ou seja: é de facto aborrecido que assim aconteça, mas imagine o que seria todos os emigrantes poderem sair do País com determinada quantia, por muito pequena que fosse... Para além do prejuízo que tal representaria (em termos de saída de divisas) para a nossa economia — que como sabe conhece neste momento uma situação de crise que é preciso debelar a todo o custo — imagine também o que isso apro-

**ESTA REVISTA É PARA OS EMIGRANTES.
DIVULGUE-A ENTRE OS SEUS AMIGOS
E CAMARADAS DE TRABALHO.
RECOMENDE A SUA ASSINATURA.**

veitaria para quem não tivesse escrúpulos, e, como sabe também, muitos há, infelizmente, que deitam sempre mão ligeira de qualquer expediente para ganhar dinheiro.

«PENSO REGRESSAR, MAS...»

Tanto o boletim como a revista considero que são indispensáveis para manter os emigrantes em contacto com a nossa terra, e assim podermos acompanhar o que por lá se passa.

Quando aqui cheguei em 1965 foi um dos organizadores da publicação de uma revista a que demos o nome de «PORTINHOLA» a qual por falta de recursos e apatia da comunidade depois de ter editado 3 números, fomos forçados a suspender a sua publicação. Alguma coisa ficou, o desejo de fazer algo para a difusão da cultura portuguesa aqui.

E agora muito agradecia se me podiam ajudar a resolver um problema que tenho aí que é como segue:

Há mais de trinta anos construí em Albarraque, Alto da Boa Vista-Rio de Mouro-SINTRA uma casinha de fim de semana a que dei o nome de «Vivenda Choupaninha». Ao emigrar tive de a deixar abandonada, mas sempre com a tenção de um dia ao regressar a Portugal a ir habitar. Acontece porém, que um fabiano qualquer, que nem conheço, e que com certeza nunca lutou contra o fascismo como eu, que estive preso em Peniche, a tomou de assalto utilizando-se de tudo quanto estava lá dentro, e se recusa a sair. Ele nem sequer é inquilino. Eu pago as contribuições e demais encargos. Agora com 62 anos e quasi a atingir a reforma aqui, penso regressar a Portugal definitivamente com minha mulher e dada a carestia da vida e até porque temos certo amor a essa pequena propriedade de 2500 metros quadrados, precisamos da casa para nossa habitação. Já recorri à Câmara Municipal de Sintra mas encontro um muro de silêncio.

Estas páginas estão reservadas à correspondência dos nossos leitores. Todas as cartas serão bem vindas, pois representam uma contribuição importante para o estreitamento dos laços entre todos os emigrantes portugueses espalhados pelo Mundo, bem como o conhecimento das situações que enfrentam no seu dia-a-dia.

Contudo, dado o grande volume da correspondência ultimamente recebida, não nos é possível a publicação da sua maior parte, o que lamentamos. Escolheremos pois as cartas que pelo tema abordado tenham mais interesse para todos, e delas extrairemos o seu conteúdo mais significativo. Noutra local da Revista publicaremos, sempre que possível, a Carta do Mês, ou seja, aquela que no seu total proporcione um melhor entendimento dos problemas e satisfação dos anseios dos emigrantes.

Também na medida do possível tentaremos dar-lhes a resposta (se for caso disso) dos serviços competentes da S. E. E. — independentemente daquela que estes mesmos serviços possam dar directamente ao interessado.

ESCREVA-NOS

Será que me poderão dar qualquer sugestão a quem me dirigir? Muito grato lhes ficaria, para ver se saio deste impasse.

Gastão Florêncio (Canadá)

A sua carta foi enviada aos serviços competentes da S.E.E., que lhes responderão directamente. Entretanto, leia neste número as disposições legais sobre o assunto.

«JUSTIÇA AOS EMIGRANTES»

«É com muito trabalho que os emigrantes conseguem economizar algum dinheiro para enviar às suas famílias, levantar uma casa ou manter os filhos a estudar. Há já conhecimento duma lista de utensílios domésticos que se podem levar para Portugal quando se regressa definitivamente.

Um grande número possui o seu carro, normalmente para se deslocar para o serviço e também conforto familiar. Constitui um bem adquirido e que uma vez entrado em Portugal vai ajudar a economia nacional. Porque é que o automóvel familiar não faz igualmente parte dos bens que podem levar sem se pagarem os pesados impostos alfandegários? Se os retornados o puderam trazer e legalizar sem esses impostos porque é que os emigrantes não o podem fazer também? Não são filhos da mesma Pátria? Não saíram de Portugal pelos mesmos motivos de subsistência? Não enviam eles as suas economias para a reabilitação económica do país? Não ajudaram o país, e continuam a ajudar, tanto ou mais que os retornados?»

António Cabral (Alemanha)

TUDO NA MESMA...

Hoje mesmo depois de ler a nossa Revista, decidi escrever-lhes para lhes dizer o seguinte: acho que o programa Rádio Liberdade continua na mesma, isto é, a não se ouvir nada, tanto faz ser à semana como ao domingo(...).

Cá tenho recebido o boletim «Portugal/Informação», só é pena ele chegar com muito atraso. Sobre a revista «25 de Abril», o problema é o mesmo. Agradeço que me informem sobre a questão das assinaturas.

Francisco de Sousa Ferreira
(Alemanha)

Sobre o programa de rádio, queremos dizer-lhe que estamos a tentar melhorar as condições, o que não é tão fácil como pode às vezes parecer, e demora algum tempo. Quanto ao atraso na recepção do Boletim e da Revista, cremos que os números mais recentes (posteriores à sua carta) já os terá recebido mais cedo. A sua assinatura da Revista terminou no n.º 12, e se quiser continuar a recebê-la deverá enviar-nos a importância respectiva (veja instruções na pág. 40).

O GOVERNO NÃO PENSA DESVALORIZAR O ESCUDO

Interrogado recentemente a propósito de uma possível desvalorização do escudo, o ministro do Plano e Coordenação Económica, dr. Sousa Gomes, afirmou que «o Governo tem uma política, está atento às necessidades de uma adequação da política económica à conjuntura monetária, mas neste momento, tal como o ministro das Finanças já teve ocasião de referir, não será feita nenhuma desvalorização do escudo. Foram analisadas as vantagens e os inconvenientes e a decisão está tomada. O escudo, tem, neste momento, uma posição já desvalorizada em relação ao conjunto das moedas fortes, foi feita uma desvalorização lenta ao longo do ano, que se traduz por uma desvalorização de 20 a 25% e o Governo não pensa, pois, fazer outra desvalorização». Acrescenta-se que as notas em circulação registaram uma diminuição de 4515 milhares de contos. No final do ano passado totalizavam 114 996 milhares de contos e em meados de Agosto apenas 110 481 milhares de contos.



Dr. Sousa Gomes, Ministro do Plano e Coordenação Económica.

EMPREGO

MANTÉM-SE O DESEQUILÍBRIO ENTRE A OFERTA E A PROCURA

Numa entrevista concedida ao jornal «A Capital», o secretário de Estado da População e Emprego, eng.º Tito de Morais, afirmou que o «principal objectivo (da sua Secretaria de Estado) é manter os postos de trabalho existentes e criar o maior número possível de outros, até ao pleno emprego». Neste capítulo apontam as estatísticas que, no final de Agosto, existia um enorme fosso entre as procuras de emprego (188.810) e as ofertas (4512) e o número de inscritos nos Centros de Emprego pouco mais era do que 45 por cento dos que se encontram realmente desempregados, podendo concluir-se que o número destes deve oscilar entre os 400 e 420 mil. Deve porém acrescentar-se que em 1975 a média mensal de despedimentos era de 500 trabalhadores, enquanto na primeira metade deste ano a média baixou para 200.

Nos primeiros 6 meses deste ano o Gabinete de Gestão do Fundo de Desemprego, concedeu subsídios a 60 empresas (particulares, em autogestão, e cooperativas), num total de 125 mil contos, atingindo directamente mais de 7600 trabalhadores dos sectores da agricultura, da alimentação,

das madeiras e cortiças, dos produtos metálicos, da construção civil e, particularmente, dos têxteis (33 mil contos) e do turismo (21 300 contos).

Depois de enunciar os factores responsáveis pelo desemprego no nosso País — o fim das guerras olonias, a chegada em massa dos desalojados

das ex-colónias, as dificuldades à emigração e a crise internacional — Tito de Morais disse que a Secretaria de Estado da População e Emprego comparticipa também nos planos de obras das autarquias locais e, através do Ministério da Habitação, concede subsídios para a construção de habitações sociais.



«Criar o maior número possível de postos de trabalho, até ao pleno emprego».

CONSTRUÇÃO NAVAL

Nos primeiros 9 meses deste ano a SETENAVE reparou 50 navios, 40 dos quais estrangeiros, entre eles o maior navio até hoje reparado em estaleiros portugueses o «Hemland», de 373 000 TDW, da Suécia, o que comprova a real capacidade de trabalho da empresa. Segundo declarações feitas à ANOP por um dos responsáveis do estaleiro, a política de abertura aos mercados de leste levou à assinatura de um contrato para a reparação de navios da Roménia, tendo dois deles sido já reparados, bem como um navio soviético.

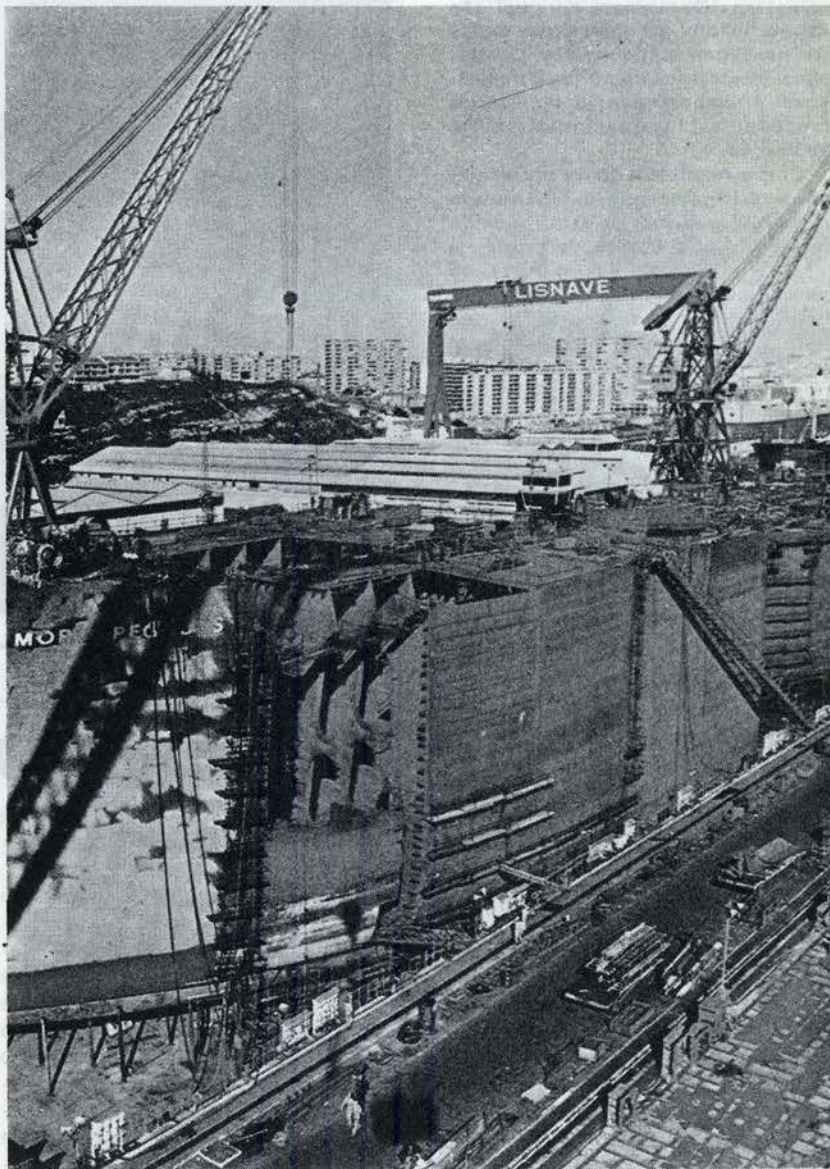
A SETENAVE está também a construir um petroleiro de 316 000 TDW destinado à Soponata e uma componente de um navio para um estaleiro sueco e mantém negociações com CUBA para a construção de uma doca flutuante (valor de 300 mil contos), com a FINLÂNDIA, para fornecimento de 5 barcas especiais (valor de 450 mil contos) e com a ALEMANHA FEDERAL, para o fornecimento de 2 petroleiros.

A LISNAVE por seu lado, reparou, sempre dentro dos prazos previstos 221 navios (mais 37 do que em 1974). O departamento de novas construções entregou 7 grandes componentes de casco. O saldo líquido da LISNAVE registou um prejuízo de 128 mil contos, mas a evolução das taxas de câmbio do escudo, originou um resultado favorável como consequência lógica de o valor das explorações do estaleiro se situar a um nível muito mais elevado do que o dos pagamentos realizados a fornecedores estrangeiros pelas importações efectuadas. Entretanto a Lisnave abandonou o projecto de construção de um estaleiro de reparações no Brasil, continuando o trabalho de cooperação na construção e gestão de um estaleiro de reparação (para a ASRY, do Barém).

O estaleiro da FOZNAVE (Figueira da Foz), depois da conclusão do seu hangar de 3500 metros quadrados ficou apto a entrar em competições internacionais, participando agora num concurso para a construção de 18 navios de pesca polivalentes no valor de 700 mil contos, para o governo marroquino. Participou ainda a FOZNAVE em outros concursos no CAIRO (Egipto) para a construção de 17 barcos frigoríficos (valor de 250 mil contos) destinados ao abastecimento de peixe às populações do Lago Nasser, e BARÉM para a construção de um batelão e de uma

lança rápida (valor de 20 mil contos). Prevê-se que a construção destas obras seja adjudicado ao estaleiro português. A FOZNAVE vai também construir para o Porto de Sines 4 rebocadores classificados de «alto mar» com a força motora de 2400 cavalos e uma autonomia mínima de 500 milhas. O custo global de cada rebocador, depois de devidamente equipado, é de 58 mil contos, do que resulta uma considerá-

vel economia de divisas para o País, uma vez que unidades deste tipo ficam nos estaleiros do Norte da Europa, entre os 65 e os 70 mil contos. Estas unidades que se destinam a apoiar as manobras dos grandes petroleiros que passarão a aportar em Sines a partir de 1977 para as descargas e transbordo das ramas petrolíferas, serão entregues em Setembro e Dezembro de 1977 e em Março e Maio de 1978.



Estaleiros da Lisnave.

T.A.P.

A COMPANHIA AÉREA MAIS SEGURA DO MUNDO

Três jornalistas ingleses acabam de publicar um livro intitulado «Destino: Desastre», no qual são especificados os casos de morte de passageiros de aviões comerciais, em termos de número de pessoas transportadas pelas várias companhias internacionais, entre 1950 e 1974.

Como resultado desta investigação, verifica-se que a TAP detém o melhor «record» de segurança do mundo. Nos 24 anos referidos, a TAP transportou 11 milhões de passageiros sem ter sido ensombreada por uma só morte, o que coloca a companhia aérea nacional na escala das mais seguras do mundo. Outras 5 companhias têm também a «folha de óbitos» limpa, mas há que levar em conta que transportaram, no mesmo período, um número muito inferior de passageiros. Basta salientar que a companhia que mais se aproximou da TAP em passageiros transportados (a British West Indies Airways) não registou mais de 5,5 milhões.



SINDICATOS

CONGRESSO EM JANEIRO

Na Reunião Geral dos Sindicatos com a presença de delegados de 289 organizações sindicais de todo o país o Congresso dos Sindicatos foi marcado para os dias 27, 28, 29 e 30 de Janeiro do próximo ano.

Cabe à Comissão Nacional Organizadora do Congresso (CNOC), formada por 36 sindicatos (entre eles 10 não filiados na Intersindical incluindo 2 que integraram a Comissão de redacção da «Carta Aberta») elaborar as teses que deverão ser discutidas pelos trabalhadores durante 60 dias e adiar

o Congresso, se necessário, até ao limite máximo de 13 de Fevereiro.

Neste plenário participaram além de 224 sindicatos, 16 uniões distritais, 3 uniões locais, 12 federações e 15 delegações sindicais inclusive 29 dos sindicatos que tomaram parte nas reuniões da «Carta Aberta». Foi aprovado, o projecto de regulamento do Congresso, tendo-se os trabalhos caracterizado por uma grande vivacidade das intervenções, centrada a necessidade de defender a unidade do

movimento sindical e na reestruturação e reforço da Intersindical, através do apoio ao projecto de regulamento.

Segundo a CNOC esta reunião representa «sem a mínima sombra de dúvida, o isolamento a que os trabalhadores portugueses estão a votar aquelas forças que pretendem instalar no Movimento Sindical Português o divisonismo e abrir dessa forma as portas ao enfraquecimento da força organizadora dos trabalhadores».

MADEIRA

A ASSEMBLEIA REGIONAL INICIOU OS SEUS TRABALHOS

Acompanhado do Primeiro-Ministro e de outras individualidades, o Presidente da República, General Ramalho Eanes, deslocou-se à cidade do Funchal para presidir à abertura oficial da Assembleia Regional da Madeira.

A importância do acto foi salientada pelo Presidente da República, tendo proferido um importante discurso em que reafirmou a «validade e autenticidade de uma promessa que em 25 de Abril os portugueses fizeram a Portugal e que a Constituição da República define e consagra». Depois de salientar que o

País e os madeirenses esperam que as instituições regionais sirvam as necessidades de toda a população, dedicando atenção especial aos estratos mais desfavorecidos, o general Ramalho Eanes teve palavras de grande apreço para os emigrantes oriundos daquele arquipélago: «Cabe aqui uma palavra de saudação e apreço a todos quantos daqui partiram e em terras estrangeiras trabalham e continuam, apesar de tudo, portugueses. Também é para eles o futuro que a regionalização pretende construir. Deles se espera o contributo devido à

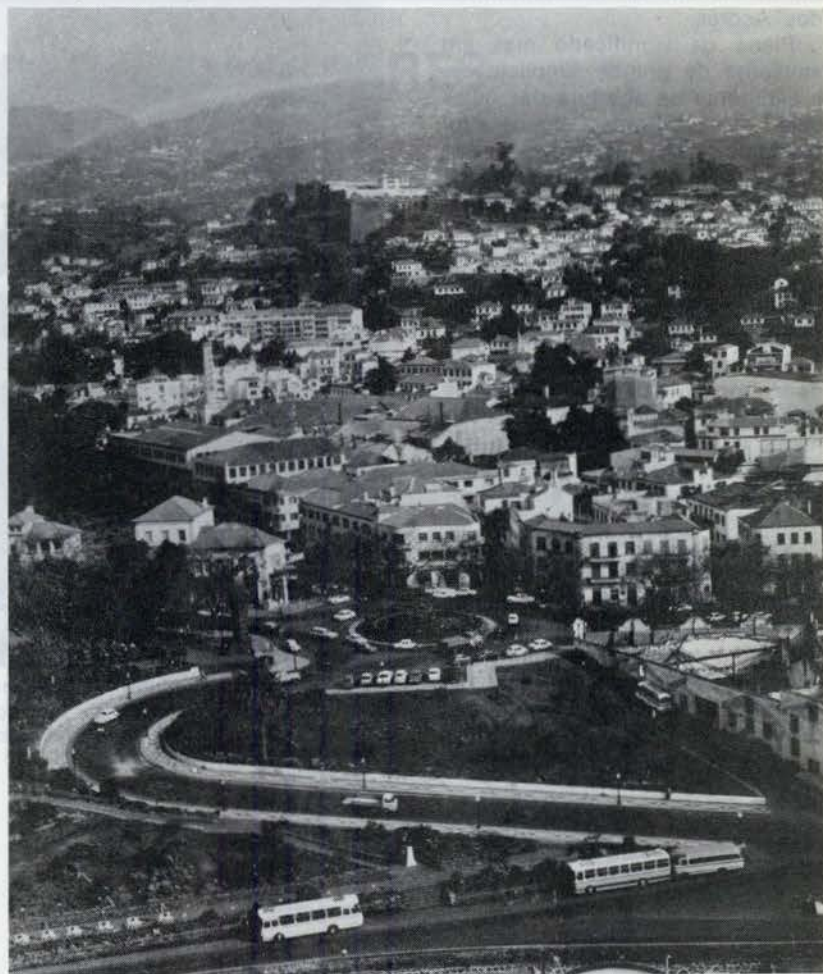
terra em que nasceram e onde deixaram raízes».

No discurso que por sua vez proferiu, o presidente da Assembleia Regional, dr. Emanuel Rodrigues, teve ocasião de acentuar que «os madeirenses pretendem a construção de um novo tipo de sociedade, assente na devolução às comunidades regionais dos poderes necessários para defesa dos seus interesses. Seremos nós, madeirenses, que efectivamente dentro dos problemas, procuraremos aventar para eles as melhores hipóteses de solução».

ASSOCIAÇÃO INTER-EMPRESAS À PROCURA DE NOVOS MERCADOS NO ESTRANGEIRO

Vai entrar, brevemente, em funcionamento uma nova empresa destinada à participação conjunta de empresas em concursos internacionais para empreendimentos relativos a equipamentos e obras pesadas. Trata-se da Sorefame (metalomecânica pesada), Equimetal (metalomecânica), Mompur (montagem de equipamento industrial), Profabril (trabalhos de engenharia) e OPCA (obras públicas). A nova empresa, que conta com o apoio do Estado e terá quadros próprios a nível de gestão, propõe-se concorrer a um projecto siderúrgico em Marrocos, que inclui cimenteiras, refinarias, parques de armazenamento de combustíveis, grandes hangares, etc.

Neste sector das grandes empresas serão definidas em breve, as características do contrato a celebrar pela *Empresa Nacional de Tractores*, com vista à fabricação dos mesmos em Portugal. Tudo indica que o contrato venha a ser feito com a Massey-Ferguson, a empresa americana que mais tractores vende no nosso País.



Funchal — Vista parcial.

AÇORES

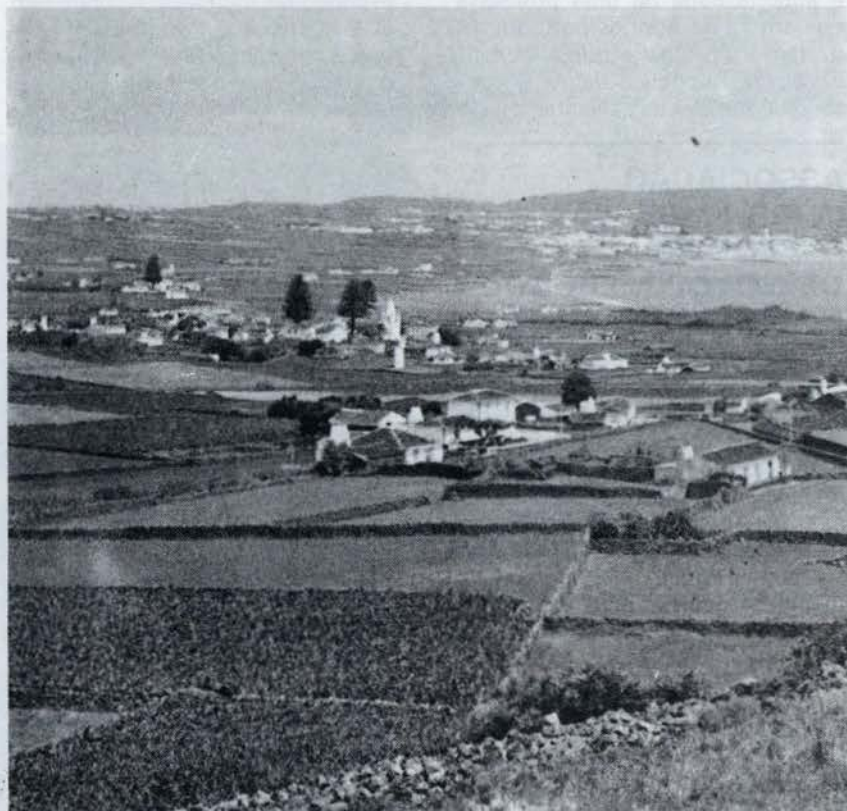
ENTROU EM FUNCIONAMENTO A UNIVERSIDADE LOCAL

Entendida como condição fundamental para o decisivo arranque das estruturas sociais, económicas e culturais do arquipélago, entrou em funcionamento a Universidade dos Açores.

Plena de significado mas em ambiente de grande simplicidade, a cerimónia de abertura das aulas teve lugar em Ponta Delgada e foi presidida pelo respectivo reitor, Prof. José Enes, com a presença de membros do corpo docente e muitos alunos.

«A competência e o trabalho são requisitos do professor e do investigador, bem como do aluno universitário. Não podemos permitir e não permitiremos que a mediocridade impeça que a Universidade dos Açores seja o órgão de crescimento e inovação cultural da nossa sociedade» — afirmou o Prof. José Enes no discurso que então pronunciou.

No presente ano lectivo estão inscritos nos cursos que serão ministrados em Ponta Delgada, cerca de 300 alunos. A Universidade terá também departamentos a funcionar em Angra do Heroísmo, os quais iniciaram já os seus trabalhos.



Açores — O desenvolvimento económico só pode ser possível através da promoção cultural e técnica dos seus habitantes. (Na foto: Ilha Terceira — Praia da Vitória).

NOVO PROVIDOR DE JUSTIÇA

Sucedendo no cargo ao tenente-coronel Costa Brás, actual ministro da Administração Interna, o dr. José Magalhães Godinho foi eleito pela Assembleia da República para as funções de Provedor de Justiça.

Apesar de instituído na grande maioria dos países com tradições democráticas, quer na Europa Ocidental, quer na América do Norte e alguns países da Ásia, África e Austrália, o cargo de Provedor de Justiça não existia entre nós até Março do ano passado. Primeira-

mente criado na Suécia, onde iniciou a sua prática em 1970, oficializado com o nome de «ombudsman», tem como características principais a imparcialidade e independência em relação ao poder administrativo, permitindo ouvir as queixas do cidadão comum sempre que este se sintá lesado pelo poder central, e diligenciar para que a Lei seja mudada em tudo o que nela estiver errado, limitado ao ambíguo, tendo como base os interesses humanos e sociais da comunidade.



Prof. José Magalhães Godinho.

FALECEU O PROF. DAMIÃO PERES

Com 87 anos, faleceu no dia 26 de Outubro, no Porto, o Prof. Damião Peres. Insigne historiador que se notabilizou pelo seu rigor



Prof. Damião Peres.

científico e invulgar objectividade, o Prof. Damião Peres foi uma das mais prestigiosas figuras da historiografia portuguesa. Nascido em Lisboa em 8 de Julho de 1889, foi reitor do Liceu do Funchal, e do Gil Vicente em Lisboa, transitando daí para a Universidade do Porto, onde se manteve de 1919 a 1930, dirigindo a Faculdade de Letras e o Arquivo Histórico da Cidade. Foi mais tarde professor catedrático e director da Faculdade de Letras de Coimbra até 1959, ano em que se aposentou por limite de idade.

Além da docência, em que se notabilizou, em contraste vigoroso com muitas das ideias feitas da sua época, o Prof. Damião Peres era autor de uma extensa obra histórica, sendo de salientar a monumental «História de Portugal», trabalho em oito volumes que dirigiu

com É. Cerqueira. A ele se devem alguns dos melhores capítulos, entre os quais o «Suplemento» (1958), de particular melindre por tratar da vida contemporânea do País. Outro trabalho de vulto é a sua «História dos Descobrimentos» (1943), considerado o mais completo que se conhece sobre o assunto.

Tendo presidido durante vários anos à assembleia geral da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, o Prof. Damião Peres foi também o fundador da «Revista de Estudos Históricos». Como numismata, organizou as colecções do Museu Municipal do Porto e da Casa da Moeda de Lisboa.

Nos anos de 1938 e 1950, foi laureado «Honoris Causa» pelas universidades francesas de Montpellier e Bordéus.

NOVO MINISTRO DA AGRICULTURA

No princípio do mês de Novembro e após o Congresso do Partido Socialista, o eng.º Lopes Cardoso demitiu-se do cargo de Ministro da Agricultura e Pescas. Lopes Cardoso apresentou a sua demissão com base em divergências quanto à necessária clarificação política, por parte do Governo, no sector pelo qual era responsável.

Na sua carta de demissão, tornada pública, Lopes Cardoso afirma que deixou o Governo com a certeza de ter dado o melhor do seu esforço

«na defesa dos trabalhadores e dos princípios que constituem as travessas mestras do Programa do nosso Partido».

Para substituir Lopes Cardoso foi nomeado o dr. António Barreto, que passa a acumular estas funções com as de ministro do Comércio Interno e Turismo.

No acto de posse do seu novo cargo — em que o Presidente da República e o Primeiro-Ministro proferiram discursos de grande significado político —

o dr. António Barreto afirmou que «os princípios gerais que enformam a política agrária do Governo são os mesmos, procurando-se «ajustar com maior rigor a letra dos textos à prática da acção do Governo», acrescentando ainda: «A transformação estrutural do Alentejo é irreversível, e desta grande província se fará uma região de liberdade e de progresso social, de igualdade e de fraternidade (...). O nosso objectivo não é o de privar das suas terras aqueles que as exploram em benefício da colectividade. Pelo contrário, pretende o Governo permitir, a todos aqueles que têm a capacidade e a vontade, o acesso à propriedade individual, colectiva ou cooperativa, nas formas desejadas por cada um e segundo as modalidades fixadas pela lei e que serão rigorosamente observadas pelos poderes públicos».



Reforma Agrária: «Ajustar com maior rigor a letra dos textos à prática da acção do Governo».

SIDERURGIA

MAIS UMA UNIDADE DE PRODUÇÃO

O primeiro-ministro inaugurou na Maia uma unidade siderúrgica já em elaboração e cuja primeira fase, concluída no fim do corrente ano, corresponde a um investimento de 35 milhões de contos e cria mais 4 mil novos postos de trabalho.

O ministro Walter Rosa expôs, num discurso, a estratégia governativa para a expansão industrial, começando por afirmar que «há um excesso de importações que tende a esgotar as nossas reservas», uma hemorragia diária de «quase 150 mil contos que saiem para o estrangeiro. As 200 mil toneladas de aço vêm juntar-se às 600 mil toneladas produzidas no Seixal. Ao todo a produção nacional vai agora cobrir cerca de 80% do consumo interno.»

CONGRESSOS DO P.S., P.S.D. E P.C.P.

O mês de Novembro foi dominado politicamente pelos congressos de três dos maiores partidos nacionais: o Partido Socialista, o Partido Social Democrata e o Partido Comunista Português. No Congresso do Partido Socialista, Mário Soares foi confirmado como Secretário Geral do Partido e a lista por ele encabeçada para a Comissão Nacional alcançou o maior número de votos entre as duas listas apresentadas à votação. Mário Soares apresentou um relatório de 40 páginas em que para além de expor as linhas mais importantes de actuação do Partido Socialista e do Governo Constitucional pedia do Partido o máximo apoio para o governo que dirige. Jaime Gama, Jorge Campinos, Marcelo Curto e Arons de Carvalho prestaram informações sectoriais em seguida da leitura do relatório de Mário Soares. Divergências surgidas desde o primeiro dia levaram à apresentação de duas listas para a Comissão Nacional. Aceso debates e críticas foram a nota dominante deste congresso do Partido Socialista, o que foi considerado prova de vitalidade interna do partido pelo seu Secretário Geral.

Também o Partido Social Democrata realizou o seu II Congresso Ordinário, desta vez em Leiria. Foram eleitos os novos órgãos nacionais do partido e foi eleito seu presidente o dr. Sá Carneiro. O cargo de presidente foi criado em virtude da nova estrutura definida pelos estatutos agora aprovados. As funções de vice-presidente são ocupadas por Barbosa de Melo, Sousa Franco e Rui Manchete. Para o cargo de Secretário Geral foi eleito Magalhães Mota. Um dos aspectos mais importantes deste congresso foi o esforço de demarcação política do PSD em relação aos outros grandes partidos nacionais, tentando criar um espaço político próprio e uma crítica à acção do Governo Socialista.

O último congresso foi o do Partido Comunista Português que se realizou em Lisboa. O dr. Álvaro Cunhal, Secretário Geral do PCP, apresentou um pormenorizado relatório em que as críticas ao Governo Constitucional, a participação dos comunistas no governo e as alternativas ao Governo Socialista foram os aspectos mais focados. Também digno de nota é o alargamento do Comité Central e uma crítica feita à actividade política do Partido desde o 25 de Abril.



tome nota ...

ARRENDAMENTO RURAL E ACÇÕES DE DESPEJO EM PROPRIEDADES DE EMIGRANTES

A fim de melhor esclarecer os emigrantes sobre os problemas do arrendamento rural e sobre acções de despejo em casas de que são proprietários, a Secretaria de Estado da Emigração elaborou as notas informativas que hoje damos a conhecer aos nossos leitores. Para uma mais completa informação, incluímos também a principal legislação referida no texto.

ARRENDAMENTO RURAL

No caso do arrendamento rural, a questão que se apresenta ao emigrante com mais frequência é a seguinte: «sou proprietário de um terreno em Portugal, que dei de arrendamento. Poderei instaurar acção de despejo ao arrendatário?»
Em primeiro lugar, deve ter-se

em conta um aspecto importante: nos termos do Dec.-Lei n.º 201/75, de 15.7.75, **«o contrato de arrendamento rural é obrigatoriamente reduzido a escrito», isto é, não pode ser apenas verbal.**

No caso do senhorio (proprietário do terreno), ou o rendeiro, se recusarem a celebrar o contrato, a parte que quer fazer o contrato pode notificar a outra parte. Se, depois de ter sido notificada, passarem mais de 30 dias sem o contrato estar feito, a parte que se recusar fica sujeita a pagar 3 vezes o valor da renda dos meses que passaram depois da notificação. Por outro lado, dispôs o Dec.-Lei n.º 414/76, de 27/5/76, que todos os contratos de arrendamento deviam ser feitos por escrito no prazo de 60 dias.

Não obstante esta exigência,

é provável que ainda haja muitos contratos de arrendamento sem estarem celebrados por escrito. Houve um acordo verbal entre o senhorio e o rendeiro, este passa a pagar a renda fixada, e não há papéis, assentando tudo na confiança pessoal. Nestes casos, poderá pôr-se uma pergunta: se não há contrato escrito, o senhorio não poderá intimar simplesmente o rendeiro a sair, em vez de fazer o contrato por escrito? Claro que não pode. O contrato de arrendamento, pelo facto de ser apenas verbal e não escrito, não deixa de ser um contrato.

Em princípio, o senhorio pode requerer o despejo do rendeiro, «para o efeito de ele próprio, seu cônjuge, descendentes ou ascendentes passarem a explorar directamente o prédio arrendado». Note-se um pormenor de grande importância para os nossos emigrantes: não é necessário que estes regressem definitivamente a Portugal para ter o direito de requerer o despejo. Basta que pretendam que o terreno passe a ser cultivado directamente pela sua mulher, filhos ou pais.

E como se requiere a denúncia do contrato? Através de requerimento dirigido à comissão arbitral da comarca.

É a comissão arbitral que, em cada caso concreto, decide se o rendeiro deve sair ou não. Em primeiro lugar, se o senhorio já tiver requerido anteriormente a denúncia do contrato não poderá de novo fazer antes de decorridos 3 anos. Em segundo lugar, não será, em

Se o rendeiro provar que não tem terrenos nem outros meios de vida, não será obrigado a sair, a não ser que o senhorio demonstre que está nas mesmas condições, isto é, que não tem meios de vida, nem mais terrenos.

princípio, reconhecido o direito de denúncia, se daí resultasse prejuízo para a subsistência económica do rendeiro e do seu agregado familiar. Quer dizer: se o rendeiro provar que não tem terrenos nem outros meios de vida, não será obrigado a sair, a não ser que o senhorio demonstre que está nas mesmas condições, isto é, que não tem meios de vida, nem mais terrenos.

Do que se expôs, resulta que a denúncia do contrato não é um direito absoluto do senhorio, mesmo em caso de emigrantes, pois a comissão arbitral terá de atender aos meios de vida do rendeiro e do senhorio.

Por outro lado, no caso de vir a ser reconhecida a denúncia do contrato, o rendeiro terá, em regra, direito a uma indemnização, a fixar pela comissão arbitral, até ao limite de um ano de renda, a não ser que as condições económicas do senhorio forem consideradas pela comissão arbitral como não permitindo esse pagamento.

E qual o prazo para requerer a denúncia do contrato? Inicialmente, o Dec.-Lei n.º 201/75 determinou que a denúncia do contrato pelo senhorio não pudesse ser declarada sem que tivessem decorridos 18 anos sobre o início do arrendamento. Todavia, tendo precisamente em conta os legítimos interesses dos nossos emigrantes que pretendem regressar a Portugal e aqui cultivarem os terrenos que compraram com o fruto do seu trabalho, o Governo Português veio a abolir por completo este prazo,

pelo Decreto-Lei n.º 735/75, de 23.12.75.

Portanto, presentemente, a denúncia deve ser requerida à comissão arbitral, com a antecedência mínima de um ano relativamente ao termo do prazo inicial ou ao de qualquer das suas prorrogações, não interessando o número de anos desse contrato. Isto quer dizer que se um contrato termina, por exemplo, em 31 de Dezembro de 1977, a denúncia terá que ser requerida até 31.12.76; se o for depois desta data, o contrato será válido por novo período, em regra de um ano, seja até 31.12.78.

Finalmente, uma prevenção: poderá o senhorio requerer a denúncia do contrato e, se a obtiver, arrendar em seguida o terreno a outro rendeiro? Não pode! Nem sequer pode manter o terreno sem

ser cultivado. Com efeito, o senhorio que retome o prédio, fica obrigado a explorá-lo por conta própria, de modo efectivo e permanente, durante o prazo mínimo de 6 anos. Se não cultivar o terreno ou o arrendar a outro, o anterior rendeiro pode requerer que o terreno lhe seja devolvido.

Uma nota final: tudo quanto atrás se disse refere-se ao caso do ocupante do terreno ter um contrato de arrendamento (escrito ou verbal, não importa) com o senhorio ou proprietário do terreno. Portanto, tendo ocupado o terreno com o acordo do senhorio.

Nos casos de ocupações ilegais o procedimento a adoptar é diferente. A Secretaria de Estado da Emigração continuará a dar os esclarecimentos adequados em face dos casos concretos de ocupações ilegais que lhe sejam transmitidas.

O senhorio que retome o prédio, fica obrigado a explorá-lo por conta própria, de modo efectivo e permanente, durante o prazo mínimo de 6 anos. Se não cultivar o terreno ou o arrendar a outro, o anterior rendeiro pode requerer que o terreno lhe seja devolvido.

ACÇÕES DE DESPEJO EM CASAS PERTENCENTES A EMIGRANTES

Esta questão apresenta-se geralmente do seguinte modo: o emigrante é proprietário de uma habitação em Portugal, a qual tem arrendada. Desejando regressar, pretende saber se pode instaurar acção de despejo contra o inquilino, a fim de ele próprio, emigrante, poder habitar a casa.

O Código Civil prevê que o senhorio possa requerer a denúncia do contrato de arrendamento (e, conseqüentemente, obter o despejo do inquilino) alegando que necessita da casa para habitar, desde que se verifiquem determinadas condições, estabelecidas nos artigos 1096.º a 1099.º do mesmo Código.

Todavia, o Dec.-Lei n.º 155/75, de 25.3.75, dispôs a imediata sus-

É devida ao arrendatário pela desocupação do prédio para habitação do senhorio, uma indemnização correspondente a dois anos e meio de renda à data do despejo.

penção de todas as acções e execuções de despejo instauradas pelos senhorios com o citado fundamento de necessitarem de casa para sua habitação.

Não podia o Governo Português deixar de ter em conta o caso especial dos portugueses regressados ao seu País. Assim o Dec.-Lei N.º 583/76, de 22.7.76, veio determinar que possam ser instauradas acções e execuções de despejo, entre outros casos especiais, pelos emigrantes que, ao regressarem a Portugal, pretendam ocupar casa própria que haviam arrendado.

A denúncia do contrato de arrendamento deve ser feito em acção judicial, com antecedência mínima de 3 meses relativamente ao fim do prazo do contrato. O direito de denúncia do contrato depende do senhorio ser proprietário da habitação há 5 anos ou mais (se o tiver herdado, não importa o prazo) e de não ter, na respectiva localidade, casa própria ou arrendada há mais de um ano.

Por outro lado, é devida ao arrendatário pela desocupação do prédio para habitação do senhorio, uma indemnização correspondente a dois anos e meio de renda à data do despejo.

Poderá o emigrante requerer a denúncia do contrato para que na casa desocupada vão habitar pessoas da sua família — mulher, filhos, pais, etc. — continuando o emigrante a residir no estrangeiro? Ou poderá o emigrante manter a casa desocupada, apenas

para ali passar as suas férias em Portugal?

Não pode. A lei exige que o próprio senhorio vá habitar o prédio desocupado, não permite que o despejo se faça para habitação dos familiares do senhorio ou de qualquer outra pessoa, nem permite que a casa fique devoluta. Assim, se o senhorio, depois da casa desocupada, não a for habitar dentro de 60 dias, ou a tiver vazia durante mais de um ano sem motivo de força maior ou não permanecer nela durante 3 anos, o arrendatário despejado tem direito, até da indemnização acima referida de dois anos e meio de renda, mais uma indemnização de dois anos de renda e pode reocupar o prédio.

As considerações atrás expostas referem-se, como é evidente, aos casos em que há um contrato de arrendamento entre o senhorio e o inquilino, isto é, em que este ocupou legalmente a casa com o acordo do senhorio. As ocupações de casas de emigrantes encontram-se expressamente proibidas, nos termos da alínea h) do artigo 2.º do Dec.-Lei n.º 198-A/75, de 14.4.75. Todavia, no caso de se verificar qualquer ocupação ilegal, e o emigrante não conseguir obter a desocupação através do simples recurso às autoridades policiais, o caminho a seguir não será a instauração de uma acção de despejo, mas sim uma acção possessória de restituição, a interpor igualmente no tribunal, nos termos do artigo 1033.º do Código de Processo Civil.

PRINCIPAIS DISPOSIÇÕES DO CÓDIGO CIVIL

Artigo 1033.º

(Casos de irresponsabilidade do locador)

O disposto no artigo anterior não é aplicável:

a) Se o locatário conhecia o defeito quando celebrou o contrato ou recebeu a coisa;

b) Se o defeito já existia ao tempo da celebração do contrato e era facilmente reconhecível, a não ser que o locador tenha assegurado a sua inexistência ou usado de dolo para o ocultar;

c) Se o defeito for da responsabilidade do locatário;

d) Se este não avisou do defeito o locador, como lhe cumpria.

Artigo 1096.º

(Excepções)

1. O senhorio pode, porém, denunciar o contrato, para o termo do prazo ou da renovação, nos casos seguintes:

a) Quando necessite do prédio para sua habitação ou para nele construir a sua residência;

b) Quando se proponha ampliar o prédio ou construir novos edifícios em termos de aumentar o número de locais arrendáveis.

2. O disposto neste artigo não é aplicável às casas de saúde nem aos estabelecimentos de ensino oficial ou particular.

Artigo 1097.º

(Forma e prazo da denúncia)

A denúncia do senhorio deve ser feita em acção judicial, com a antecedência mínima de seis meses relativamente ao fim do prazo do contrato, mas não obriga ao despejo enquanto não decorrerem três meses sobre a decisão definitiva.

Artigo 1098.º

(Denúncia para habitação)

1. O direito de denúncia para habitação do senhorio depende, em relação a ele, da verificação dos seguintes requisitos:

a) Ser proprietário, comproprietário ou usufrutuário do prédio há mais de cinco anos, ou independentemente deste prazo se o tiver adquirido por sucessão;

b) Não ter, na área das comarcas de Lisboa e Porto e suas limitrofes, ou na respectiva localidade quanto ao resto do País, casa própria ou arrendada há mais de um ano;

c) Não ter usado ainda desta faculdade.

2. O senhorio que tiver diversos prédios arrendados só pode denunciar o contrato relativamente àquele que, satisfazendo às necessidades de habitação própria e da família, esteja arrendado há menos tempo.

Artigo 1099.º

(Indemnização e recuperação do prédio)

1. É devida ao arrendatário, pela desocupação do prédio para habitação do senhorio, uma indemnização correspondente a dois anos e meio de renda à data do despejo.

2. Se o senhorio, desocupado o prédio, não o for habitar dentro de sessenta dias, ou o tiver devoluto durante mais de um ano sem motivo de força maior, ou não permanecer nele durante três anos, e bem assim se ele não tiver feito dentro deste mesmo prazo a obra justificativa da denúncia, o arrendatário despedido tem direito, além da indemnização fixada no número anterior, à importância correspondente a dois anos de renda, e pode recuperar o prédio, salva, em qualquer dos casos mencionados, a ocorrência de morte ou deslocação forçada do senhorio, não prevista à data do despejo.

tome nota ...



A CAIXA DOS TRABALHADORES MIGRANTES INFORMA:

RENOVAÇÃO ANUAL DO «P. O.»

Para os trabalhadores portugueses emigrados na República Federal da Alemanha, aproxima-se o período de renovação do «PO», ou seja, o atestado relativo às provas de parentesco para efeitos de abono de família, o qual tem de ser apresentado anualmente às respectivas Repartições de Trabalho pelos trabalhadores portugueses naquele país.

Todos os anos há reclamações referentes a atrasos no envio daquele documento que, por força da Convenção Luso-Alemã sobre Segurança Social, só pode ser preenchido e autenticado pela Caixa Central. Muitos desses atrasos são motivados pelo não cumprimento, por parte do emigrante ou dos seus familiares, geralmente por falta de conhecimento do estipulado para o efeito.

Assim, para evitar prejuízos aos interessados, publicamos hoje uma nota da Caixa dos Trabalhadores Migrantes referente à renovação anual daquele documento.

— Em primeiro lugar desejamos esclarecer que os impressos «PO» entregues aos trabalhadores pelas respectivas Repartições de Trabalho **não devem ser preenchidos pelos mesmos. Só a Caixa Central de Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes o pode fazer**, por exigência da convenção sobre segurança social existente entre Portugal e a Alemanha. Compete também à referida Caixa a sua autenticação.

Para a Caixa Central poder preencher o «PO» **é necessário** apresentar os seguintes documentos, sem os quais não é dado seguimento ao assunto:

— atestado (modelo 287) passado pela Junta de Freguesia do lugar de residência dos descendentes, comprovativo de que estes são vivos, indicando os seus nomes completos e datas de nascimento (dia, mês e ano) e onde tem de ser declarado também **se a esposa do trabalhador desconta ou não para a Previdência Social Portuguesa**. Em caso afirmativo deve ser mencionado o nome da caixa de previdência e o seu número de beneficiária.

No caso da esposa estar ausente de Portugal basta referir, na linha de observações, o país onde se encontra a residir.

Nota: O atestado da Junta de Freguesia que não mencione, claramente, a situação do cônjuge, **não pode ser aceite**. E isto porque desde que o cônjuge tenha direito ao abono, em Portugal, pela previdência portuguesa, esse direito não pode ser reconhecido ao trabalhador, na Alemanha.

O abono de família é devido, sem qualquer condicionalismo, até os descendentes completarem 18 anos de idade. Mas os filhos ou equiparados a partir dos 18 e até aos 27 anos de idade poderão ter direito ao abono se forem estudantes, aprendizes de uma profissão ou doentes permanentes. Neste caso terá de ser apresentado na Caixa Central, além do atestado referido, documento comprovativo dessa situação.

Os documentos exigidos em relação a estes descendentes são os seguintes:

— para os que estão a estudar: certificado de frequência escolar passado pelo estabelecimento de ensino, indicando o ano previsto para a conclusão do curso e o número de horas que, por semana, o aluno emprega na frequência das aulas e na sua preparação;

— para aprendizes: declaração passada pela entidade patronal ou

tome nota ...

AVISO AOS EMIGRANTES

Não obstante a vigilância policial exercida pela Polícia de Segurança Pública, continuam a verificar-se nas imediações da Caixa Central dos Trabalhadores Migrantes (na Rua da Junqueira em Lisboa) casos de furto e «conto do vigário». As vítimas são emigrantes que se dirigem àqueles serviços.

A Caixa dos Trabalhadores Migrantes alerta por isso todos os seus beneficiários contra qualquer tipo de «história» de que venham a ser vítimas, aconselhando a só tratarem dos assuntos que lhes dizem respeito no interior das instalações, com os respectivos funcionários.

pelo sindicato, comprovando que o interessado se encontra a trabalhar como aprendiz de profissão;

— para doentes permanentes: atestado médico comprovando que o descendente não tem capacidade para angariar o seu sustento.

Se por motivo devidamente justificado não foi apresentado algum documento, por exemplo, a certidão de casamento ou documento de identificação do trabalhador, quando da organização do processo de abono de família, **não será passado novo «PO»** enquanto o documento em falta não for entregue na Caixa Central.

Poupe tempo e evite despesas desnecessárias cumprindo o estipulado.

Resumindo:

— **não preencha o «PO»** entregue pela Repartição de Trabalho;

— envie logo à Caixa Central **o atestado da Junta de Freguesia devidamente preenchido;**

— se tem descendentes a partir dos 18 e até aos 27 anos de idade numa das situações atrás mencionadas, remeta os documentos indicados;

— se à data de organização do seu processo de abono nesta Caixa Central não entregou algum documento, **não se esqueça de regularizar a situação,** enviando o documento em falta.

O tratamento correcto do assunto só lhe trará vantagens, pois receberá o seu «PO» a tempo e horas.

O abono de família é devido, sem quaisquer condicionalismos, até os descendentes completarem 18 anos de idade. Os filhos ou equiparados a partir dos 18 e até aos 27 anos de idade poderão ter direito ao abono se forem estudantes, aprendizes de uma profissão ou doentes permanentes.

**ESTA REVISTA É PARA OS EMIGRANTES.
DIVULGUE-A ENTRE OS SEUS AMIGOS
E CAMARADAS DE TRABALHO.
RECOMENDE A SUA ASSINATURA.**

EMISSÕES DE RÁDIO PARA PORTUGUESES NO ESTRANGEIRO

RÁDIO LIBERDADE

Através do seu rádio em onda curta pode estar sempre bem informado acerca do que se passa no nosso País. E é importante saber as notícias da sua terra, da sua região, conhecer as transformações que se vão operando... para amanhã, quando voltar a Portugal, não se sentir longe dos seus. Oíça as notícias do País.

Horário de emissão — de 2.^a a sábado, das 21 h às 22 h.
ao domingo, entre as 13 e as 14 h
Banda — onda curta (SW)
Comprimento de onda — de 2.^a a sábado, em 31 014 metros
aos domingos, em 49 metros

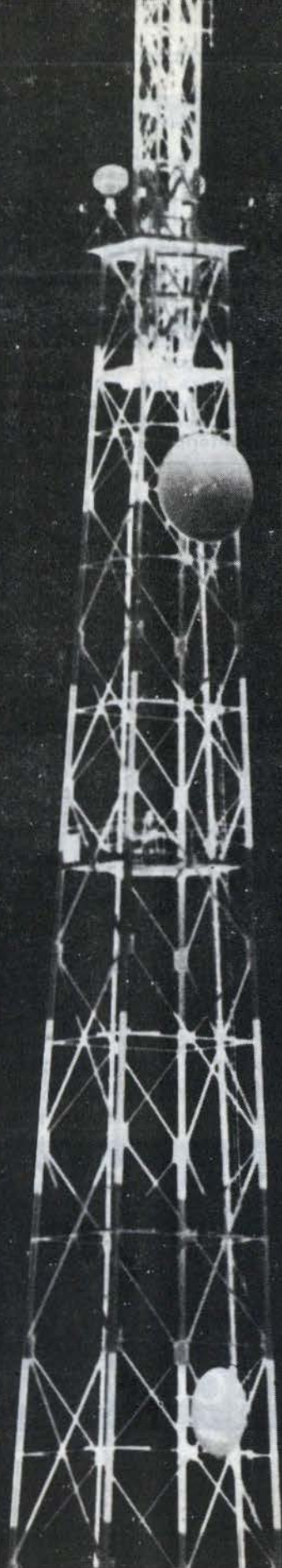
Noticiários:

Regional e Nacional — de 2.^a a sábado, às 21 h e 15 m
Estrangeiro e Desporto — de 2.^a a sábado, às 21,30 h

Há ainda:

Revista da semana — aos domingos, às 13,30 h
Um programa infantil — aos domingos, às 13,15 h
Um programa de higiene alimentar — às sextas-feiras, às 21,15 h
e um **suplemento** que é um resumo do que se passa no dia-a-dia.

Entre as rubricas e os noticiários, transmite-se diariamente música portuguesa, alternada com informações técnicas da S.E.E. e ainda respostas às cartas dos emigrantes.



NATAL 1976





(quadro do Mestre do Retábulo de Alcântara
—Gregório Lopes—Século XVI—Museu Nacional
de Arte Antiga).

Foi tudo tão pontual
que fiquei maravilhado.
Caiu neve no telhado
e juntou-se o mesmo gado
no curral.

Nem as palhas da pobreza
faltaram na manjedora
falas babadas da toira
que ruminava grandeza
do milagre pressentido.
Os bicos e a natureza
no palco já conhecido.

Mas, afinal, o cenário
não bastou.
Fiado no calendário,
o homem nem perguntou
se Deus era necessário...
E Deus não representou.

MIGUEL TORGA



**AUTO DA BARCA DO INFERNO
DE GIL VICENTE
ADAPTADO
PARA AS CRIANÇAS PORTUGUESAS
UM INÉDITO
DE
AFONSO LOPES VIEIRA**

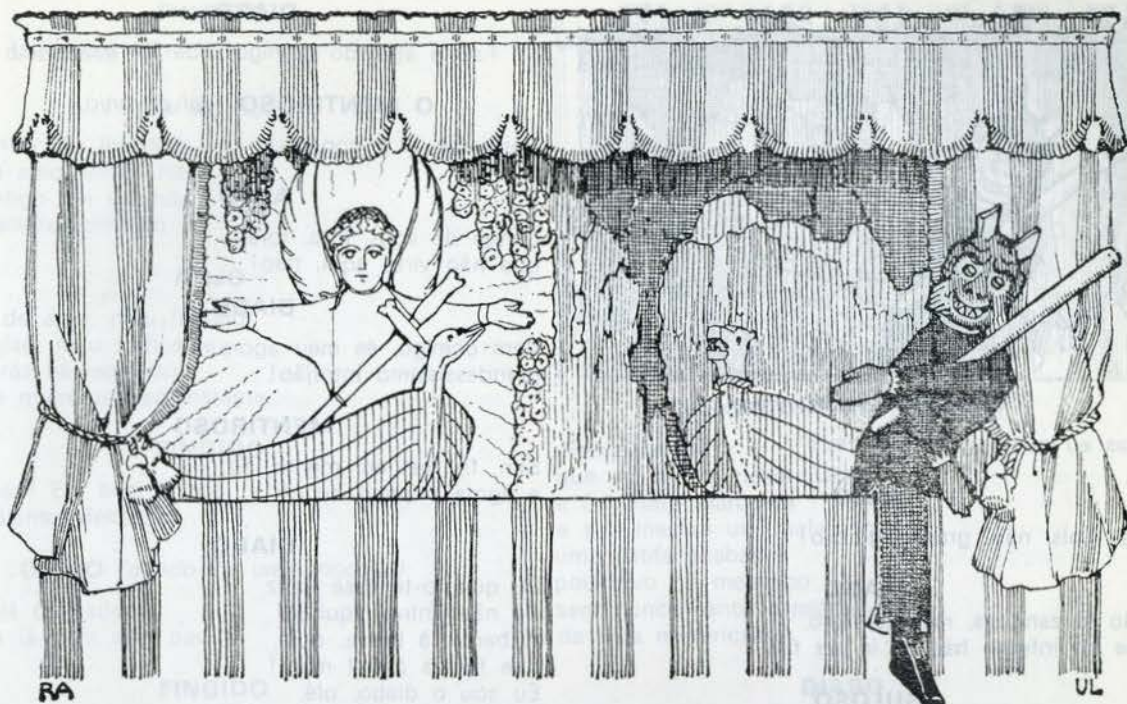
O real e o imaginário conciliam-se através da vasta e variada produção teatral de Gil Vicente. Uma das obras em que se verifica esta constante é o «Auto da Barca do Inferno», também denominada «Auto da Moralidade da Embarcação do Inferno». Gil Vicente, com a sua prodigiosa riqueza imaginativa, deu profunda palpitação às situações e figuras que se movimentam ao longo daquela peça considerada um dos pontos mais altos da sua criação dramática.

Afonso Lopes Vieira, ao reviver o teatro vicentino, promoveu numerosas representações em todo o País de autos que, há séculos, permaneciam no silêncio das bibliotecas; recriou, criteriosamente, muitos outros autos para uma linguagem acessível ao público do nosso tempo, estimulou e difundiu o culto vicentino na sua mais ampla e lúcida significação.

Ao entregar-se a essa cruzada de ressurreição da obra do fundador do teatro português, adaptou o «Auto da Barca do Inferno» para Isolda Lino e Maria Cristina Lino, filhas do arquitecto Raul Lino, inseparável companheiro de Afonso Lopes Vieira na Campanha Vicentina. A representação deste Auto, há mais de meio século, num Teatro de Fautoches que existia na antiga casa de Raul Lino na Avenida António Augusto de Aguiar, constituiu um inesquecível momento de beleza.

Afonso Lopes Vieira, que foi um mestre no ansioso amor de ver o que somos e de exaltar o que temos, realizou, através de personagens como «O Diabo», «O Anjo», «O Guloso», «O Mentiroso», «O Fingido», «A Mexeriqueira», «O Homem que Cortou as Árvores» e «O Homem que Fez mal aos Animais», uma admirável peça infantil, repassada de comovida ternura e de edificante humanidade.

Publicamos hoje esta feliz adaptação do «Auto da Barca do Inferno», que se conservou inédita até 1969. (Foi cedida por Raul Lino à «Vida Mundial» em Dezembro desse ano. De sua autoria é também o desenho que ilustra este texto).



PRÓLOGO

D. ROBERTO (*fora do pano*)

Ih! Credo! Muita gente!... (*foge*)

Minhas meninas, meus meninos:

O Auto que vamos ter a honra de representar, é quase de Gil Vicente, que o escreveu para todos os seus pequenos amigos e amiguinhas. — E talvez também para os grandes, porque os grandes também gostam de nós, que somos um pouco a imagem deles. Vou ver castigados os maus — o Guloso, o Mentiroso, o Fingido a Mexeriqueira, o homem que cortou árvores e o homem que maltratou os animais. E vereis glorificados os bons, que são os professores, que morreram ensinando meninos terríveis. O Diabo é alegre e dá muita pancada, e no fim de contas não é tão feio como o pintam. Agora vou correr o pano.

DIABO

À barca, à barca, oulá,
que temos gentil maré!
(Venha o carro ou o caronte ou lá o que é a ré!)
Eu sou o diabo, olé,
o que os maus castigará!

(*Entra o Guloso*)

DIABO

Ô Guloso! Então por cá?

GULOSO

Onde é a pastelaria?

DIABO

Lá no inferno se dirá.

GULOSO

Aonde? Santa Maria!
O que eu quero é um pastel
tão docinho como o mel,
porque eu gosto de comer
e de meus dedos lambar,
e só nos doces eu penso.

DIABO

Ah! sim? Pois estimo imenso!
Entra cá no fogo ardente,
e descansa, meu rapaz,
que no inferno comerás
o lume constantemente.



GULOSO *(vai ao anjo)*

Mas eu quero ir para o céu!

ANJO

Não vais, não, grande guloso!

DIABO

Não te zangues, meu teimoso,
que no inferno hás de ir por fim.

GULOSO

Tens um docinho p'ra mim?

DIABO

Diabos levem o guloso!
À barca, à barca, oulá,
que temos gentil maré!
Eu sou o diabo, olé,
o que os maus castigará!

(Entra o Mentiroso)

DIABO

Ai que grande mentiroso!

MENTIROSO

Menti, menti, intrujei,
e fui tudo falsidade,
e nunca falei verdade
e sempre petas preguei.

DIABO *(dando-lhe uma mocada)*

Toma lá a paga, amigo!

MENTIROSO

Não me bata, seu diabo,
ou então puxo-lhe o rabo!

DIABO

Faz-te atrevido comigo! *(dá-lhe mocadas)*

O MENTIROSO *(vai ao anjo)*

Deixa-me aí ir contigo!

ANJO

Longe de aqui, fora, fora,
que não virás aqui, não!

DIABO

Vem comigo, és meu agora,
grandessíssimo intrução!

MENTIROSO

Sim, fiz mal em mentir, fiz,
e agora o pago eu cá.

DIABO

Eu quebro-te esse nariz
Se não éntras aqui já!
À barca, à barca, oulá,
que temos gentil maré!
Eu sou o diabo, olé,
o que os maus castigará!

(Entra o Fingido)

DIABO

Ô seu fingido, você
que é que quer fingir agora?

FINGIDO

Deixa-me cá, vai-te embora,
que eu vou p'ra o céu, já se vê.

DIABO

Ih! Ih! Ih! Ih! Ih! Ih! Ih!



FINGIDO

Ora o diabo que ri!

(Vai ao anjo)

Ó anjinho tão lindinho
Ó meu amorzinho lindo,
eu contigo irei subindo
pelo celeste caminho.

ANJO

Vai-te de aqui, meu fingido,
meu falso, meu traficante,
não serás cá recebido
nem te quero um só instante.

FINGIDO

Ora essa! Eu, bem criado,
bem falante, delicado....

DIABO *(dando-lhe uma mocada)*

Toma lá delicadeza,
toma-a lá com este pau!

FINGIDO

Ai de mim! Fingir é mau!
Só a verdade é beleza.

DIABO

À barca, à barca, oulá,
que temos gentil maré!
Eu sou o diabo, olé,
o que os maus castigará!

MEXERIQUEIRA *(de fora)*

Ó seu diabo!

DIABO

Que é lá?
Quem me chama desta maneira?



MEXERIQUEIRA *(entrando)*

Agora sabeis já
que eu sou a mexeriqueira,
e fiz muita maroteira
e sou mesmo um mafarrico,
uma patifa acabada,
pois vivo no mexerico
sem nunca sentir conseqüência
da vida mexericada.

DIABO

Ai que desavergonhada!

MEXERIQUEIRA

Fiz continhos, e inventei-os,
contos a mim me contaram,
estes a mim m'os levaram,
estes ouvi e levei-os.

DIABO

Com tanto conto contado
já eu estou mexericado.

MEXERIQUEIRA *(vai ao anjo)*

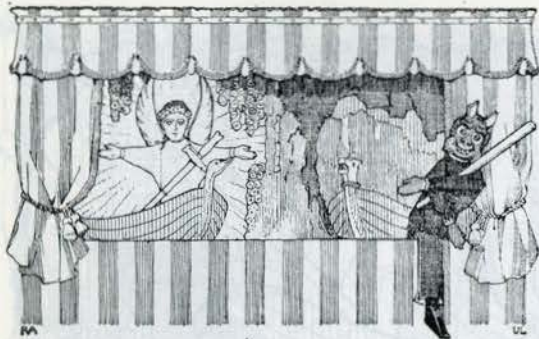
Leva-me ao céu, meu amor,
peço-te isso por favor.

ANJO

Não, que tu, se cá entraras
logo o céu mexericaras.

DIABO

Anda cá para o meu fogo
que lá mexericas logo
com os diabos no profundo,
e de ti se livra o mundo.
À barca, à barca, oulá,
que temos gentil maré!
Eu sou o diabo, olé,
o que os maus castigará!



(Entra o homem que cortou árvores)

Que fez você?

HOMEM

Eu cortei
muitas árvores na terra
e às árvores fiz guerra
e um jardim arranquei.

DIABO

Ó seu bruto, pois então,
vá para o inferno já
gira, gira, toma lá, *(bate-lhe)*
salta para o caldeirão!

(Entra o homem que fez mal aos animais)

Que má cara que este tem!
Que fez você?

HOMEM

Eu?

DIABO

Pois quem?...

HOMEM

Eu fiz mal aos animais,
e nunca lhes tive amor;
uns punham-se mesmo aos aís,
outros choravam de dor,
e eu batia-lhes ainda mais.

DIABO

Ah! sim? Pois então espera!
(dá-lhe uma grande sova)

Gostas?

HOMEM

Ai!

DIABO

Gostas?

HOMEM

Ai! Ai!

DIABO

Pois apanha, minha fera,
pois panna a bordoada
que nesse lombo te cai!
Levarás tanta pancada
e tanta, tanta mocada
que já nem digas — ai, ai.

*(Entram dois professores, que morreram
ensinando meninos terríveis)*

1.º PROFESSOR

À barca, à barca do céu
vamos sem medo, tu e eu.
Como só fizemos bem
não temos medo de nada.
Deixar a barca encarnada
e esse fogo que ela tem.
À barca, à barca do céu,
vamos sem medo, tu e eu.

DIABO

Quem são vocês que passaram
e nem sequer me falaram?

1.º PROFESSOR

Nós somos dois professores
que os meninos ensinaram.

DIABO

Venham então, meus doutores,
cá para o fogo infernal!

2.º PROFESSOR

Que é lá isso? Que é lá isso?
O senhor tenha juízo,
ouviu?, e não fale mal!

ANJO *(música de harmónios)*

Ó meus santos professores,
venham para o Paraíso,
eu dou-lhes o meu sorriso
e vou cobri-los de flores.
Bendito quem ensinou,
quem ensina os pequeninos.
Dêem palmas, meus meninos,
porque este Auto acabou.

PRESEÍPIOS POPULARES

A religiosidade popular, é a forma de expressão humana e real, sob a qual o povo português entendeu a história de Jesus de Nazaré!

Para o nosso Povo, Cristo, os Santos, a Virgem, sempre foram pessoas humanas: seres que, dir-se-ia mortos há muito, mas que os nossos antepassados conheceram, que os nossos avós viram, com os quais trabalharam, com os quais um conversou numa noite, ao serão, sobre as coisas da família ou do mundo.

Na arte popular portuguesa, cada uma das figuras cristãs tem uma maneira viva e actual de se vestir, de se conduzir, de entender os homens! Para o Povo que molda figuras e dá forma a lendas e histórias de Santos, num barro vivo e colorido, ou sombrio e simples, cada umas das figuras veste-se com roupas idênticas às suas, tem as mãos calejadas como as suas, e, até, se algum dia uma dessas figuras falar, falará na sua própria língua.

Por isso Jesus, o Natal, o Presépio, sendo uma só a sua história e única a sua mensagem de fraternidade, serão tão diferentes quanto forem diferentes as regiões que esculpirem o Presépio, quanto diferentes forem os artistas do Povo que vestirem, colorindo ou não, cada uma das figuras de barro.

Casal de emigrantes, José e Maria, em busca de paz e trabalho tranquilo, tiveram o seu filho

longe da sua terra natal: também eles não encontraram hotéis fáceis, de porta fraterna e sorriso solidário. Foi nos arrabaldes de Belém, numa cabana perdida de qualquer pobre lavrador, que ouviram os primeiros choros da criança que marcou uma época, e inaugurou o nascimento duma maneira mais humana de entender o mundo e a liberdade dos homens!

Por isso, a arte popular portuguesa a eternizou tão simples e tão modestamente: quantos outros dramas, quantos outros nascimentos idênticos não conheceu o português por esse mundo alám, distante da sua terra natal?!

Quantas vezes não foram Presépios, até talvez sem religião, os lares portugueses dispersos pelos cinco continentes?!

Por isso, em cada Província o Presépio local é tão diferente do Presépio doutra Província ou região.

Em Estremoz, Alto-Alentejo, o Presépio regional, com as suas figuras dum barro colorido e alegre, é uma história ilustrada, onde são alentejanos os pastores, onde as vestes são as samarras de pele de ovelha. E nas suas mãos de trabalho, os objectos que transportam, trazem eles também a marca dos utensílios de uso diário: o caldeirão do leite, o tarro de cortiça, e... até os chapéus e as botas são hoje as mesmas. A criança, cercam-na pombas brancas: mas quem não sabe das pombas brancas esvoaçando sobre os telhados dos montes alentejanos?!



A criança, cercam-na pássaros sem nome: mas quem não sabe do canto dos pássaros nas tardes mornas de Verão?!

Para Aveiro qual o Presépio?

Para Aveiro é o Presépio de Aveiro, com os trajos do seu Povo e as expressões do seu quotidiano de labuta... E por detrás da coluna que, a mão ignorada pôs do lado direito da cena, debruça-se a figura do pescador, num rosto seco e experimentado por temporais! Mas havia pescadores no Presépio? Porque não haveria de existir tal?! No Presépio de Aveiro existem pescadores ao lado de Jesus, tal como poderiam existir todas as profissões, multiplicados os Presépios por diferentes zonas de vida popular.

O Presépio multiplica-se, é variado, enorme, colectivo na escolha das figuras que nele podem caber: é assim para o Povo português! E, afinal, quem queira contrariar esta humana e fraterna interpretação, não estará contrariando não só o espírito da arte popular, como também a mensagem cristã que a quadra de Natal quis sempre, sempre deverá querer, transmitir aos homens?!



A MENINA DOS FÓSFOROS

(UM CONTO DE HANS CHRISTIAN ANDERSEN)

Fazia um frio terrível. Nevava, e a noite aproximava-se rapidamente. Era o dia de Dezembro, véspera de Ano Novo.

Apesar do frio intenso e da escuridão, andava pelas ruas uma menina descalça e em cabelo.

Ao sair de casa ainda trazia umas chinelas enormes e velhas que eram da mãe. Mas, ao atravessar a rua, a fugir dos carros, perdeu-as na neve. Estava agora descalça. Tinha dentro do avental andrajoso muitos fósforos e segurava numa das mãos um pacote de caixas vazias.

Ninguém lhe comprara fósforos durante o dia e nem sequer lhe tinham dado qualquer esmola.

Sentia-se gelada e estava morta de fome. Caiam-lhe flocos de neve sobre os compridos cabelos louros.

As janelas estavam todas iluminadas. Pelas ruas, espalhava-se o cheiro reconfortante de gansos assados.

Acocorou-se no ângulo formado pelos muros de dois prédios.

Encolhera as pernas e sentara-se sobre elas, mas continuava a ter frio. Não ousava voltar para casa. Ainda não vendera nem um fósforo. Temia que o pai lhe desse uma sova.

E pensava que, mesmo em casa, havia tanto frio como na rua. Morava numas águas-furtadas e, apesar de terem tapado com trapos e bocados de palha todas as frestas, o vento gelado penetrava incessantemente.

Tinha as mãos transidas de frio. Bastar-lhe-ia uma chamazinha para se sentir reconfortada!

Ousaria acender um fósforo e assim aquecer as mãos? Oh! Um fósforo, apenas um! Esfregou o fósforo na parede e protegeu com uma das mãos a chamazinha viva.

Que brilho magnífico! A luz da chama a menina viu uma braseira de cobre acesa, irradiando um calor reconfortante. A rapariguinha estendeu os pés para aquecê-los, mas subitamente o fósforo apagou-se, a maravilhosa braseira desapareceu e a criança ficou apenas com um fósforo meio consumido entre os dedos.

Pegou noutro e acendeu-o. O brilho era tal que tornava o muro de um dos prédios tão transparente como vidro. Apareceu então, aos olhos estarecidos da criança, uma sumptuosa casa de jantar, no centro da qual estava posta uma mesa coberta com uma toalha tão branca como a neve.

Sobre ela havia copos de cristal, pratos e finíssimas porcelanas reflectindo milhares de luzes.

Num prato encontrava-se um ganso recheado com ameixas secas e maçãs fumegantes. Um cheiro delicioso espalhava-se pelo ar. Mas de súbito o ganso, apesar do garfo e da faca que tinha espetados no dorso, saltou do prato e dirigiu-se, bamboleando-se, até junto da criança.

De repente o fósforo apagou-se, e a menina via agora o espesso muro do prédio.

Riscou outro fósforo e, à luz da chama, apareceu-lhe uma magnífica árvore de Natal, ainda mais bela e sumptuosa do que a que vira no Natal anterior, em casa de um rico comerciante.

Uma infinidade de bolas de vidro, de todas as cores, reflectia os milhares de velas que ardiam por entre a ramagem. Dos ramos mais baixos pendiam, de fios de prata, laranjas e frutas cristalizadas.

A menina estendeu os braços para tanta maravilha, mas o fósforo apagou-se e todas as velas da árvore subiram para o céu, transformando-se em estrelas.

Uma delas caiu, deixando logo rasto luminoso. «Morreu alguém», pensou a criança.

A avó, a única pessoa que lhe dera afecto, e que já tinha morrido, dissera-lhe um dia:

— Sempre que cai uma estrela, uma alma entra no Paraíso.

A menina riscou outro fósforo na parede. Apareceu-lhe, à luz da chama, o rosto meigo da avozinha.

— Avó, leva-me contigo. Sei que vais desaparecer, quando se extinguir o fósforo. Desaparecerás como a braseira, o ganso recheado, e a grande árvore de Natal — disse a criança.



H. Christian Andersen.

Pôs-se a acender todos os fósforos que restavam na caixa, para conservar junto dela a imagem da avozinha. Os fósforos davam uma chama tão clara que parecia dia e nunca a avó fora tão bela e tão grande como naquela noite. A bondosa senhora pegou na criança entre os braços e ambas se elevavam no espaço, envolvidas por uma luz extraordinária.

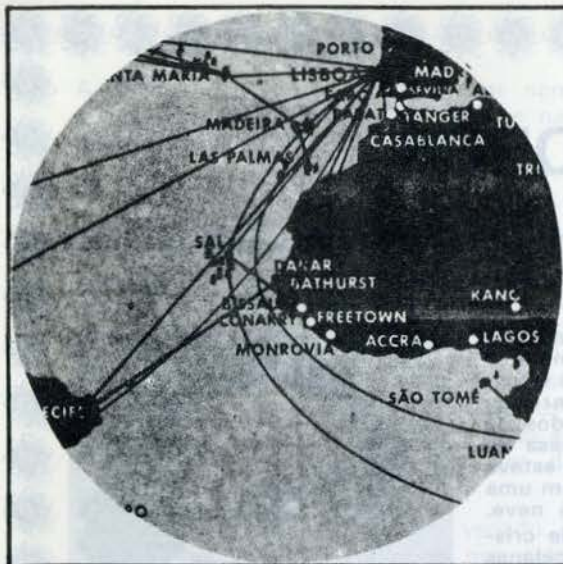
Subiram alto, muito alto, até onde deixa de existir o frio, a fome e o medo. E, quando chegou a madrugada, encontraram a criança estendida no chão, com as faces rosadas e um sorriso nos lábios.

Estava morta, tinha morrido de frio, na última noite daquele ano.

O sol do dia de Ano Novo ergueu-se sobre o corpo frágil e abandonado na neve.

O avental da criança continha ainda alguns fósforos, mas perto do corpo encontrava-se um pacote de caixas vazias.

Mas ninguém podia supor as esplêndidas coisas que a menina tinha visto, nem sequer a emoção que sentira ao ser levada pela bondosa avozinha, no dia em que o novo ano principiava.



PORTUGAL E O MUNDO

Um grande dinamismo caracteriza as relações externas do primeiro Governo Constitucional, multiplicando-se os contactos oficiais portugueses com os governos de outros povos, numa procura constante de intercâmbio em todos os domínios, designadamente o cultural, científico e económico.

A vocação centenária de outras terras e outros espaços concretiza-se agora, já não na aventura colonial, mas no livre contacto com outros povos. Os problemas da emigração têm aí um lugar de grande destaque.

Na ONU, o ministro dos Negócios Estrangeiros, dr. Medeiros Ferreira, teve ocasião de reafirmar a nossa esperança no papel a desempenhar por aquela organização em relação à paz mundial. Igualmente insistiu na necessidade de uma Europa Unida e realçou o interesse de Portugal em favorecer os esforços no sentido da aplicação dos acordos de Helsínquia.

De salientar ainda que o dr. Medeiros Ferreira

se avistou em Nova Iorque com o seu homólogo chinês, o que muito pode ter contribuído para o estabelecimento de relações diplomáticas com a República Popular da China.

Nas conversações que teve em Paris com o seu homólogo Louis Guiringand, o chefe da diplomacia portuguesa tratou de assuntos directamente relacionados com a situação dos nossos emigrantes em França, bem como a renegociação da base francesa na Ilha das Flores e o problema da adesão plena de Portugal à CEE. As relações luso-francesas, que sofreram uma fase de afastamento durante 1975, parecem assim ter encontrado no primeiro destes acordos regulares um ponto de reatamento e de relançamento.

A nossa opção e vocação europeia e a situação de país dialogante com os países africanos e latino-americanos são um dos mais dinâmicos factores que fazem de Portugal «um símbolo de juventude para o velho continente europeu», como acentuou o dr. Medeiros Ferreira em Paris.

INTENSIFICAM-SE OS CONTACTOS COM A VENEZUELA

Deslocou-se à Venezuela o Ministro dos Transportes e Comunicações Dr. Rui Vilar que foi acompanhado por diversas personalidades governamentais e por representantes da Sofame, Setenave, Mague, Profabril, Hidrotécnica, Banco de Fomento Nacional e Petrogal.

Esta viagem de trabalho destinou-se a dar seguimento a anteriores contactos realizados a nível político, diplomático e técnico, e à definição de planos concretos de

cooperação a curto, médio e longo prazo entre os dois países dos quais se destacam os seguintes: aproveitamentos hidroeléctricos, estaleiros navais e instalações portuárias, construção e reparação naval, indústria petrolífera e seus derivados, e emigração.

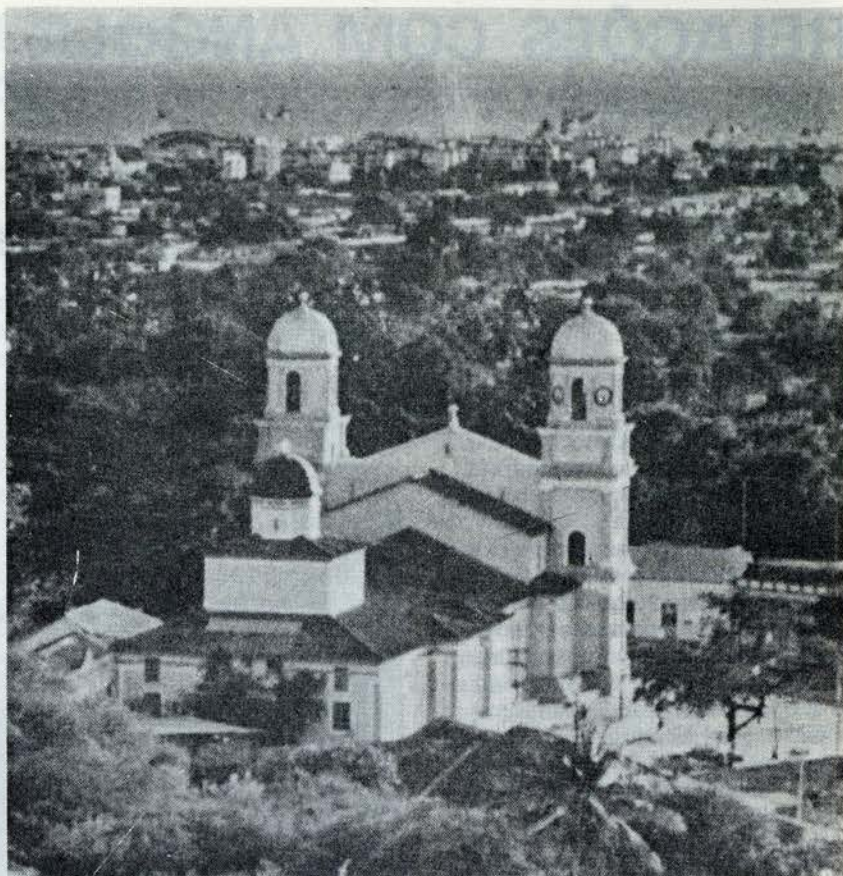
Sobre estes aspectos disse o Ministro Dr. Rui Vilar: «A Venezuela é um país em desenvolvimento, tem um plano de fomento muito importante e a indústria portuguesa está em boas condi-

ções para vender equipamentos — construção naval, equipamento portuário e construção civil, tendo sido adjudicado à Somague a ampliação do porto de La Guaira, que serve Caracas». No que se refere à emigração, disse estar estabelecida em Lisboa uma delegação venezuelana que se ocupa deste problema e neste momento há apenas que consolidar o que foi estabelecido, e nós pensamos também oferecer às autoridades venezuelanas uma contrapartida, que é

a formação profissional de trabalhadores venezuelanos em Portugal. Há alguns domínios onde isso é possível, e é uma oferta que nos faremos. Estão a ir pessoas para a Venezuela, mas a nossa ideia de base é que o fluxo migratório para a Venezuela seja feito com total acordo do governo venezuelano e de acordo com o planeamento de recursos humanos que a Venezuela tem».

Àcerca da visita a Lisboa do Presidente da República da Venezuela, disse igualmente o dr. Rui Vilar que «esta visita vai permitir um avanço na concretização de determinados instrumentos diplomáticos».

A emigração de portugueses para a Venezuela vai conhecer um novo surto de desenvolvimento a partir de Janeiro de 1977. Esta emigração obedecerá a critérios de qualificação técnica, não sendo pois uma emigração de mão-de-obra indiferenciada. A Venezuela está particularmente interessada em receber trabalhadores portugueses dos sectores da construção civil, da metalomecânica, dos têxteis, das pescas e ainda da agricultura em fase de posterior desenvolvimento.



Venezuela — Igreja de Santa Inês, em Cumana.

NOVOS HORIZONTES PARA O COMÉRCIO EXTERNO

Na sequência de uma deslocação a Genebra onde assistiu a uma reunião ordinária do Comité Consultivo da EFTA, o Ministro do Comércio e Turismo, dr. António Barreto, procurou durante duas semanas novos mercados e horizontes para as relações portuguesas, visitando o Senegal e a Argélia.

No Senegal tratou-se de activar um acordo comercial já existente mas que ainda não dera os seus frutos. O ministro afirmou terem sido «inventariadas toda uma série de perspectivas económicas, comerciais e de cooperação industrial e económica, nos domínios do comércio e das pescas». O campo de trabalho e de trocas estabelecido agora com o Senegal

trará a curto prazo boas perspectivas para o nosso País.

Na continuação da sua viagem, deteve-se na Argélia a convite do governo daquele país. Foi assinado um acordo comercial que é o primeiro acordo comercial assinado com aquele país. Membros da delegação portuguesa estabeleceram contactos com elementos de empresas e organismos oficiais argelinos com os quais fizeram um inventário das possibilidades de cooperação comercial, industrial e económica.

Ao considerar bastante positivo o balanço da sua viagem disse o dr. António Barreto terem estas visitas «o objectivo de criar as condições jurídicas e políticas para

que possamos trabalhar. É a partir de agora que Portugal pode dar vida e dinâmica a estes acordos e aos contratos firmados a nível político — se para tanto as empresas privadas como públicas, os empresários, os organismos oficiais virados para o comércio e a actividade económica tiverem, como se espera, a agressividade, a iniciativa e a imaginação necessárias. «Os acordos em si nada resolvem, pelo contrário apenas criam perspectivas e oportunidades que têm que ser aproveitadas pelas empresas, pelo sector privado, pelas nossas entidades de comércio», acrescentou o ministro.

Posterior a esta visita reunirá em Lisboa, durante os próximos 8 meses, uma comissão mista luso-argelina que estudará mais pormenorizadamente as perspectivas concretas da cooperação entre os dois países.

RELAÇÕES COM ANGOLA

O reatamento de relações diplomáticas com a República Popular de Angola é sem dúvida um factor importante para a cooperação de Portugal com as suas ex-colónias.

As relações Portugal-Angola tiveram desde o início da independência uma fase crítica provocada por posições de excessiva rigidez por parte do Governo angolano.

Com a posse do primeiro Governo Constitucional em Portugal, foram de imediato iniciadas acções de desanuviamento nas relações existentes.

Com o encontro, em Cabo Verde, do dr. Medeiros Ferreira, Ministro português dos Negócios Estrangeiros, com o seu homólogo angolano, José Eduardo Santos, ficou decidida a abertura de embaixadas e a troca o mais rapidamente possível de embaixadores.

Este encontro (preparado quando da visita a Luanda, do dr. António Macedo, que chefiava uma delegação do Partido Socialista) decorreu num clima de compreensão mútua e de realismo nos pontos de vista de ambos os países, e foi nos seus resultados imediatos de grande importância — como sublinhou Medeiros Ferreira — para a comunidade angolana em Portugal e portuguesa em Angola. A existência de um serviço consular

facilitará a estas duas comunidades imensos problemas humanos e técnicos que são para além do mais factores de desestabilização política e social.

Sobre o modo como se vai processar a resolução do contencioso existente entre a Angola e Portugal, disse o Ministro dos Negócios Estrangeiros que «comis-

sões especializadas vão, com certeza, desbravar o terreno e haverá certamente condições para um entendimento e para a resolução desse contencioso. Mas gostaria de dizer que, para nós, o importante é ver isso tudo numa perspectiva de futuro, tentando evidentemente, e desde já, que os factores do presente fiquem alicerçados.»



1974: Uma delegação portuguesa com representantes do MPLA no final das negociações sobre o cessar-fogo em Angola. Ao centro, pode ver-se o coronel Leonel Cardoso, Alto Comissário português, tendo à sua direita o dr. Agostinho Neto.

VISITA DO PRIMEIRO-MINISTRO DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE

Durante três dias, esteve em Lisboa o Primeiro-Ministro de S. Tomé e Príncipe, Miguel Trovoada, que durante esta visita discutiu com representantes do Governo Português planos de cooperação entre os dois países. Miguel Trovoada que foi homenageado por um jantar oferecido pelo Dr. Mário Soares, convidou este último a visitar S. Tomé.

TÉCNICO PORTUGUÊS DISTINGUIDO PELA F. A. O.

Pela sua contribuição na defesa do trigo, recebeu o prémio mundial da F. A. O. (Departamento das Nações Unidas para os problemas da Agricultura e Alimentação), o Prof. Eng.º Joaquim Carvalho Santiago. A entrega do prémio realizou-se em Roma, com a presença de delegados de todos os países membros daquela organização. Natural de Soalheira (Fundão), o Prof. Eng.º Carvalho de Santiago nasceu em 1922, concluindo em 1947 o curso de engenharia agrónomica no Instituto Superior de Agronomia de Lisboa.

Foi graças aos seus trabalhos que uma exploração experimental de 150 000 hectares teve lugar com êxito no Brasil, país onde as doenças do trigo têm impedido uma boa e suficiente cultura.

CONFERÊNCIA EUROPEIA PARA O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

O problema de um ordenamento racional do território português, que defende em tudo os interesses e as particularidades de cada região constitui um dos principais pontos da agenda de trabalho do Governo.

Com a deslocação a Bari, em Itália, do Ministro da Administração Interna, tenente-coronel Costa Brás, a convite pessoal do ministro italiano do Orçamento e Planificação Económica, para assistir e participar na terceira Conferência Europeia dos Ministros para o Ordenamento do Território, mais um passo importante terá sido dado, quer na integração de Portugal a todos os níveis na Comu-

nidade Europeia, quer num maior aprofundamento da concepção que preside ao ordenamento do território nacional.

Os problemas suscitados pelo êxodo rural devido principalmente à corrente migratória de portugueses para outros países da Europa, assim como o afluxo maciço de desalojados das antigas colónias foram tema da intervenção do Ministro da Administração Interna na Conferência Europeia.

Explicou o Ministro que «depois de 1960 as correntes migratórias do meu país dirigem-se para vários países da Europa, acentuando por um lado o despovoamento de várias zonas rurais e exercendo, por outro lado, todo o seu impacto fora das nossas fronteiras. Somos um país com elevado êxodo rural e uma fraca taxa de urbanização, pelo menos até 1974. Além disso, após aquela data e como consequência da descolonização, defrontamo-nos com o regresso maciço de cidadãos portugueses que vieram instalar-se na cidade e no campo, fenómeno este de uma amplitude extraordinária que imprimiu aos problemas da urbanização características que se manterão por longo tempo. Procuramos fazer face a estes problemas desenvolvendo já há algum tempo um projecto de regionalização que no parecer do Conselho da Europa se revelou de grande utilidade e ao qual devo acrescentar as reflexões

e as propostas feitas pelos meus colegas e as exposições de alto nível dos relatórios apresentados».

A progressiva integração de Portugal nas actividades do Conselho da Europa, garante um suporte de experiências e de conhecimentos técnicos indispensáveis para resolver muitos problemas no nosso País.

Desenvolver a cidade de média dimensão, travar o esbanjamento do espaço disponível, restringir a ocupação de terras virgens, sobretudo quando forem terrenos agrícolas de grande qualidade, para fins de desenvolvimento urbano e reaproveitar e melhorar os recursos e equipamentos já existentes em vez de enveredar por grandes projectos ou pela criação de grandes cidades, foram algumas conclusões desta terceira conferência.

Foi ainda sublinhada a conveniência de procurar a solução dos problemas do crescimento urbano no contexto de uma política global de ordenamento do território e de definir claramente a nível nacional e regional os objectivos do conjunto do ordenamento do território e do desenvolvimento urbano, favorecendo uma estrutura urbana equilibrada a nível nacional e regional, procurando criar dispositivos que permitam um controlo da ocupação dos solos e favorecer social e economicamente as cidades de médias dimensões.

MISSÃO JUGOSLAVA EM LISBOA

Deslocou-se a Lisboa uma missão jugoslava que estabeleceu contactos com diversos membros do Governo e mais de 50 empresas de variados sectores de actividade, nomeadamente químico e farmacêutico, indústria pesada, transportes, têxteis, madeiras e turismo.

Patrocinada pela Câmara de Comércio Portuguesa, Câmara Económica da Jugoslávia e pela embaixada deste país em Lisboa, a viagem teve, segundo os técnicos jugoslavos, resultados bastante positivos, tendo ficado prevista a deslocação à Jugoslávia de elementos da Lisnave, Stenave, Mague e Sorefame, visita que terá o apoio da Câmara de Comércio Portuguesa e do Fundo de Exportação.

Foram também discutidas as condições para o fornecimento de tractores, cooperação na construção e montagem em Portugal de armazéns frigoríficos e trocas de cevada por milho branco jugoslavo, e concretizou-se o acordo para o fornecimento de vários tipos de aços jugoslavos em troca de limas produzidas pela nossa indústria.

COOPERAÇÃO COM ISRAEL

Como resultado da visita a Israel do ministro da Agricultura (ao tempo ainda o eng.º Lopes Cardoso), foi firmado com aquele país um acordo de cooperação. Assim, Israel colaborará com Portugal na organização dos agricultores portugueses em bases cooperativas e noutros sectores da produção e organização agrícola. Esta visita serviu igualmente para uma aproximação entre os dois países, que não têm relações diplomáticas entre si. A partir deste momento em que se deram início a novas relações entre estes Estados, e com a visita do Ministro da Agricultura israelita, processar-se-ão trocas de técnicos sobretudo no sector agrícola, o que aumentará sem dúvida o nível adquirido em experiências de organização e exploração agrícola.

pelas nossas terras



PÓVOA DE LANHOSO

130 ANOS DEPOIS, HOMENAGEM À MARIA DA FONTE

Uma comissão local, encarregada da angariação de fundos em todo o concelho, através do jornal «Maria da Fonte», faz saber que estão dados os primeiros passos para a edificação de uma estátua da heroína popular do século XIX. A estátua, segundo a mesma Comissão, deve ser idêntica à que existe no Museu Soares do Reis no Porto, prevendo-se a sua inauguração para meados de Agosto do próximo ano.

130 anos depois, a figura lendária das revoltosas minhotas é hoje um exemplo significativo de como o Povo português não aceitou, ao longo dos séculos, a imposição, pela força, de leis decretadas em seu nome, sobre as quais ele não foi ouvido e atendido anteriormente.

Na verdade, a causa aparente das alterações, iniciadas por rudes camponesas analfabetas, foram as então chamadas leis de saúde decretadas nesse recuado ano de 1846. Estas leis, entre outras disposições, proibiam os enterramentos nas igrejas, como sempre se tinha feito até à data, pelo que os defuntos passavam a ser sepultados nos cemitérios. Esta lei, encontrou forte resistência num grupo de mulheres de Fonte Arcada, concelho de Póvoa de Lanhoso, levando o administrador a prender três mulheres deste lugar. Porém, o movimento, conhecido por revolução do Minho, apontava mais longe do que as leis de saúde, ia até à contestação da reforma tributária; à governação dos Cabrais,

encarada como governação conservadora e, portanto, contrária aos ideais da Revolução democrática de Setembro de 1836, à qual o próprio ministro do Reino, Costa Cabral inicialmente aderira.

Costa Cabral, ministro do reino de D. Maria II, foi deputado pelos Açores e ingressou nas fileiras da oposição democrática, aderindo à revolução de Setembro. Mas já em 1842 passava politicamente do setembrismo democrático, para posição conservadora enquanto



Monumento a Maria da Fonte em Lisboa (Campo de Ourique).

ministro do reino. A fisionomia democrata liberal da política do governo setembrista, até então apoiada pelos estratos populares das grandes cidades, pela pequena e média burguesia, sofre uma mutação económica-social: a nova aristocracia dos barões da finança, do comércio e dos grandes agrários, enriquecida pela compra dos bens nacionais provenientes das ordens religiosas, encontram em Costa Cabral o seu fiel representante. A concentração de riqueza nas mãos de uma minoria, seguia-se à epopeia idealizada pelos liberais setembristas, que preconizavam uma melhor distribuição das terras e bens das ordens religiosas, por todos os que provassem capacidades para as trabalharem e gerirem. O sistema cooperativista chegou a ser alvitrado pelo grande historiador Alexandre Herculano, como método eficaz. Mas não! A grande burguesia pretendia a concentração de capitais e do poder em geral através de um regime autoritário. Esse mesmo autoritarismo descabelado, a ausência de quaisquer escrúpulos morais na administração pública (sobretudo no processo eleitoral), para obrigar o Povo a cumprir as leis decretadas, fizeram do governo de Costa Cabral (até à sua queda e exílio em 1846) uma autêntica ditadura.

A queda deste governo deve-se à revolta minhota e, mais que isso, ao espírito afoito, emancipalista, da mulher portuguesa "filha do Povo.

PARA BREVE NOVA PONTE SOBRE O GUADIANA

De há muito que se faz sentir a necessidade de uma ponte que ligue Vila Real de Santo António a Ayamonte (Algarve-Andaluzia), separadas pelo Guadiana.

Sobretudo na época balnear, a visita àquela pitoresca povoação andaluza é bastante intensa por parte dos veraneantes que têm de utilizar a via fluvial, nem sempre em condições desejáveis.

A ponte que se pretende agora construir irá não só dar incremento ao turismo como, assim se espera, virá fomentar as relações de ordem social, comercial e industrial entre os países peninsulares.

Dos cinco projectos apresentados, da autoria do prof. Edgar Cardoso, três já foram excluídos. No entanto, as conversações, há pouco ocorridas, em relação à escolha do projecto definitivo da futura ponte já estão muito avançadas.

Segundo o projecto, que se julga como provável, ainda que sujeito a variações de pormenor, a nova ponte será apenas rodoviária, com 1200 metros de comprimento, 15,60 de largura e uma faixa de rodagem de 13 metros correspondente a quatro vias e importará em cerca de 300 mil contos. Será custeada, em partes iguais, por Portugal e Espanha, em conformidade com o convénio já estabelecido pelos dois Governos.

Para permitir a livre navegação no rio, terá a altura de 25 a 30 metros acima de preia-mar.

Conforme está convencionado, cada uma das partes suportará o custo dos respectivos acessos. O serviço de instalação de fronteiras será provavelmente pago pelo Governo português.

No concurso para a adjudicação da obra participarão empreiteiros portugueses e espanhóis e o seu

início está previsto para o próximo ano.

A PONTE E AS SUAS IMPLICAÇÕES

Segundo o chefe da delegação espanhola às conversações, eng. Gonzalez, «as conversações integram-se numa série de reuniões que têm sido efectuadas nos dois países, alternadamente, para escolher o projecto definitivo da ponte sobre o Guadiana, numa zona do rio que tem constituído uma verdadeira barreira entre ambos os países, pois de Rosal de La Frontera até ao mar não existe nenhuma ponte, fazendo-se as travessias por meio de barcos, com todos os inconvenientes e inter-

rupções em caso de mau tempo».

«Trata-se — acrescentou — de construir uma ponte que atravesse o Guadiana, permita a navegação e seja ao mesmo tempo um traço de união entre o Algarve e Andaluzia, mais concretamente com Huelva. As vantagens que a ponte trará para Portugal e Espanha são múltiplas, pois que qualquer via de comunicação é sempre um laço de conhecimento, de turismo, de comércio e de indústria».

Por sua vez, o chefe da delegação portuguesa, eng. Leopoldo Gouveia, disse tratar-se de «uma obra, a todos os títulos, do maior interesse para os dois países, porquanto beneficiará as relações de ordem comercial, turística e de todo o género».



Vila Real de Santo António — A nova ponte sobre o Guadiana beneficiará decisivamente o turismo algarvio e as relações com a vizinha Espanha, através da ligação rápida que estabelece com Ayamonte.

A OLARIA EM VIAS DE EXTINÇÃO?

«Velho e bem velho — pois já vem da pré-história (período do neolítico) — é o costume, certamente provocado pela necessidade, de se modelarem recipientes de barro que, depois de cozidos em fornos, têm diversas aplicações.

Quer por peças intactas que chegaram até nós quer por fragmentos, podemos avaliar o desenvolvimento e perfeição alcançados por esta indústria na Antiguidade, com particular incidência entre os etruscos, gregos, persas, romanos, etc.

Talvez aperfeiçoada aquando da romanização da península, certamente poderemos afirmar, que a indústria da olaria deve ser coeva à fixação dos aglomerados populacionais sobretudo onde a matéria prima abundava.

Em Beja também existiu, em pujante actividade, esta indústria artesanal que se fixava, à boa maneira medieval, no Largo das Orlarias a que corresponde, hoje, a baixa da cidade. Era todo o largo situado entre o «Café Primorosa» e a «Farmácia Silveira» em direcção à «Papellaria Correia».

O uso das peças de barro criou tais raízes na população alentejana que, não obstante a invasão do esmalte, do alumínio, do plástico e do pirex, ele ainda continua, nos nossos dias, a ter o seu lugar.

Quem, de entre nós, alentejanos, não se desedentou com um cocharro, púcaro ou copo de água fresca com o sabor tão característico da bilha de barro? Há ainda quem a prefira à água gelada do moderno frigorífico.

E quem não saboreou uma feijoada, «ensopado à pastora» ou caldeirada bem cozinhados num tacho de barro que lhes dá um paladar especial? Iguamente há quem o prefira, sobretudo para certos cozinhados, ao moderníssimo pirex.

Todavia, por vicissitudes várias, mas, particularmente, por ser indús-

tria pouco rentável, está em vias de se extinguir.

Que nos conste, no Baixo Alentejo, apenas na pitoresca e afidalgada vila de Beringel se mantém esta actividade.

A indústria da olaria deve ter sido trazida para Beringel pelos monges de Cister, de Alcobaça, fundadores de um convento na própria vila, de que restam ainda

a horta e parte dos claustros.

Para cima de oitenta olarias, comportando mais de uma centena de artesãos e suas famílias, davam à povoação um cunho especial, uma actividade específica fora do vulgar. De feição rústica, na olaria fabricavam-se e fabricam-se ainda, embora em menor quantidade, pois restam apenas, actualmente, meia dúzia de oficinas, peças de uso



Restam apenas meia dúzia de oficinas...

caseiro como bilhas para água (a que se dá o nome de quartas) barris, vasos para flores, alguidares, talhas, salgadeiras, assadeiras, etc.

Os objectos são fabricados com barro próprio da região, que é amassado com água, até ficar maleável, capaz de ser modelado pelas hábeis mãos do oleiro.

Depois de fabricadas, as peças são postas a enxugar, passando então ao forno onde são cozidas e retiradas para serem vendidas.

A produção era e é ainda vendida aos regatões (a que hoje chamaremos os intermediários) que, por sua vez, a tornavam a negociar nos mercados e feiras.

O ofício de oleiro é bastante rude e pouco lucrativo. Rude, pelas más condições onde se encontram instaladas as oficinas. Rude, pelos processos manuais a que está

sujeito o fabrico das peças: barro, um pedaço de cana, um bocado de chapéu velho, um pouco de água, pé na roda que gira e faz girar a pirâmide onde assenta o barro que é modelado. Rude, porque os frios e as geadas no inverno fazem envelhecer, paralisar e encher de nós os dedos e os pés dos artesãos.

A maior parte da louça que se vende em Beringel já não é ali fabricada. Vem de Aldeia do Mato, para manter o mercado e garantir ainda a tradição que se vai esfaleando aos poucos, sem ser vitalizada com novos aprendizes que se recusam a dar continuidade ao artesanato local.

Parece que um alemão, de nome Offman, tentou industrializar em Beringel a olaria sem o ter conseguido.

Certo é que, dentro de poucos anos, a olaria em Beringel deixará

de existir, quando os carolas que ainda a sustentam, lhe dão vida e prestígio, deixarem de viver. E com eles morrerá uma gloriosa tradição de algumas centenas de anos que tornou esta vila bem conhecida lá fora, mesmo longe, pelo seu artesanato local.

Talvez marcados por um bairrismo, lamentamos que tal venha a acontecer.

Por que não se reestrutura toda esta actividade a fim de que os novos se sintam atraídos por ela?

Arte, maravilhosa arte a do oleiro que de um bocado de barro informe consegue produzir artísticas e utilitárias peças onde ele põe toda a sua alma de artista!

Quem pode ajudar a salvar esta indústria?»

A. M. — V. R.
(in «Notícias de Beja»)

ESTARREJA

PARQUE DE CAMPISMO DA GAIVINA

Uma Comissão do Clube de Campismo de Estarreja, tendo como um dos elementos activos o sr. José Luís Figueira Vidal, dinâmico Presidente da C. A. da Câmara Municipal do nosso arrendamento de 20 anos de uma área de terreno de cerca de 60 000 m², na Gaivina, Quinta Ramada, Torreira, propõe-se levar ali a efeito uma obra de vasto alcance turístico, que virá valorizar extraordinariamente a zona e obviar às carências verificadas no sector.

O terreno, que vai da estrada nacional (Ria) ao Mar, tem uma vastidão que permitirá a montagem de cerca de 1500 barracas e das mais variadas estruturas, por forma a constituir, finda que seja a 3.ª fase do empreendimento, um dos mais importantes parques de Campismo do País.

A primeira fase, de montagem, já em começo de execução para o Parque poder funcionar a partir de Maio próximo, abrangerá as seguintes obras: vedação dos 60 000 m² com uma rede de arame de pelos menos 2 m de altura; redes de água, luz e esgotos, pelo menos em 30 000 m², e respectivos acessos e limpeza do terreno e execução de uma recepção e de um pequeno auto-serviço (mini-mercado); execução de um bloco sanitário com a área coberta de 250 m².

Na 2.ª e 3.ª fases, as obras prosseguirão, ampliando-se à restante área, constando do projecto a construção de um edifício para café-restaurante, um parque infantil, um parque de jogos polivalente e uma piscina, e ainda, extra-fases, de uma residência para o guarda permanente do Parque e de bungalows.

O Clube de Campismo de Estarreja conta, para a realização desta promissora obra, com participações da Direcção-Geral de Desportos, da Federação Portuguesa de Campismo e Caravanismo, das Juntas de Turismo e outras instituições, oficiais ou não, além das contribuições dos campistas.



Campismo: Urgente a construção de mais parques.

O EMIGRANTE

PORTUGUÊS

NO MUNDO

SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA

DOS PORTUGUESES

NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

EMIGRANTES PORTUGUESES NA CALIFÓRNIA

Segundo os dados existentes, a emigração portuguesa para a Califórnia, começa nos fins do século XVIII, através de um pequeno grupo de açorianos como tripulantes de navios americanos de pesca da baleia, que ao escalarem os Açores no intuito de carregarem provisões, recrutavam também tripulação açoriana. Deste período destacam-se algumas figuras que fizeram história, como foi o caso de António José Rocha que, segundo a «lenda», teria desertado de um navio baleeiro em Monterey, sendo posteriormente autorizado a permanecer neste território pelas autoridades coloniais espanholas de então. Em 1815, António J. Rocha, depois da independência do México, já naturalizado mexicano, encontra-se no pequeno lugar então denominado *Pueblo de Nuestra Señora la Reina de los Angeles y de Porciúncula*.

Aí veio a construir um edifício de adobe, mais tarde vendido à municipalidade, tornando-se por volta de 1853 o primeiro *city hall* de Los Angeles. Este açoriano foi

também proprietário de uma grande fazenda, La Brea Ranch, com cerca de 1800 hectares, zona onde hoje se situa a *Miracle Mile*, segmento do Wilshire Boulevard, aglomerado comercial de grande prosperidade de Los Angeles. Admite-se que tenha sido Rocha o pioneiro e fundador das primeiras estações baleeiras da Califórnia.

A pesca da baleia, consagrada na literatura americana, universalmente conhecida, pela obra de Herman Melville («*Moby Dick*», «*A Baleia Branca*»), foi uma das principais actividades das primeiras levas de emigrantes portugueses na Califórnia. No ano de 1855 existiam cerca de 17 companhias portuguesas actuando em Monterey. Os navios baleeiros eram geralmente comandados por americanos, embora a totalidade da sua tripulação fosse portuguesa. Na década de 1870 as estações baleeiras estendiam-se até à costa da Baixa Califórnia e desde Crescent City até San Diego. No museu existente na estação de Monterey ainda se encontra alguma

documentação original escrita em português. As últimas estações californianas vieram a desaparecer por volta de 1880. O seu desaparecimento deve-se em parte à quase extinção desta espécie marinha. No entanto, a assinalada vida da comunidade portuguesa deste tempo, ficou marcada na topografia pela existência de nomes como *Portuguese Cove* ou *Portuguese Bend*.

A *corrida ao ouro* no recuado ano de 1849, também contribuiu para a emigração sistemática de portugueses para os Estados Unidos. A notícia do aparecimento do *metal amarelo*, hoje história povoada de mitos e lendas, atraiu também grande número de açorianos que, como tantos outros, se vieram a desiludir da miragem, acabando a sua maior parte por se estabelecer na Baía de São Francisco como agricultores, pescadores ou pequenos comerciantes.

Criaram-se então algumas comunidades portuguesas de relevo numérico, mas de actividade predominantemente rural, como a de

San Leandro, Hayward, San José e Santa Clara. Estes emigrantes dedicavam-se à criação de galinhas e ovelhas, cultivo de hortaliças, à pesca nos rios e mar e em diversos trabalhos em serrações de madeira.

Entre 1871 e 1880 observa-se um período de forte surto emigratório. Este surto alterou de modo relativo a actividade económica entre comunidades portuguesas existentes e os seus descendentes; nos princípios do século havia já notável vida comercial, com lojas, hotéis e restaurantes, propriedade de portugueses. Em 1905 fundou-se o *Portuguese-American Bank* (mais tarde absorvido pelo *Wells Fargo Bank*), com capitais inteiramente provenientes da comunidade portuguesa. A criação de um banco com capitais exclusivamente portugueses atesta bem do desenvolvimento económico que, entretanto, a comunidade atingira.

No entanto, a partir de 1917 a emigração portuguesa sofre uma primeira grande recessão com a lei conhecida pelo *literacy test*, realizado sobre os emigrantes pelas autoridades americanas; consistia a lei em dificultar a entrada de emigrantes analfabetos. Ora, até então, cerca de 80 % dos portugueses que demandaram os E.U.A. estavam nestas condições. Mais tarde, por volta de 1920, estabeleceu-se uma percentagem de emigrantes para cada nacionalidade, permitindo esta última a entrada de 400 portugueses por ano.

Nos princípios do século a vida dos emigrantes estava completamente, ou quase, votada à sua própria sorte. As convenções e acordos sobre emigração, entre Portugal e outros países não existiam, ou se existiam eram vagos e imprecisos, o que deixava margem para situações de agravamento das condições de vida dos emigrantes.

Felizmente que esse tempo está definitivamente arredado. No entanto, é bom que cada um de nós saiba um pouco do que foram esses tempos, do muito que, entretanto, se conseguiu modificar.



Cerimónia da naturalização nos E.U.A. Em 1975, emigraram para este país 11 845 portugueses.

FORAM OS PORTUGUESES OS PRIMEIROS A EXPLORAR A AMÉRICA?

Quem foi o primeiro europeu a desembarcar no território que depois se tornou os Estados Unidos da América? Não foi Colombo, o explorador italiano há muito aclamado como o descobridor da América em 1492, pois que este jamais aportou ao norte das Antilhas e das ilhas Baamas; nem Leif Ericsson, pois as explorações dos Vikings no hemisfério ocidental, cerca do ano 1000, estão tão imersas em lenda que os historiadores há décadas vêm resistindo às reivindicações escandinavas.

Na realidade, os primeiros foram os portugueses — assim dizem os defensores de uma teoria apresentada em 1920 pelo dr. Edmund Burke Delabarre, professor de Psicologia na Universidade de Brown, que se baseou

em caracteres ou inscrições encontradas no Rochedo de Dighton, um bloco de arenito de 40 toneladas descoberto nas margens do rio Taunton, em Massachusetts. A rocha, desde a sua descoberta em 1680, tem sido objecto de debate e curiosidade por parte dos historiadores.

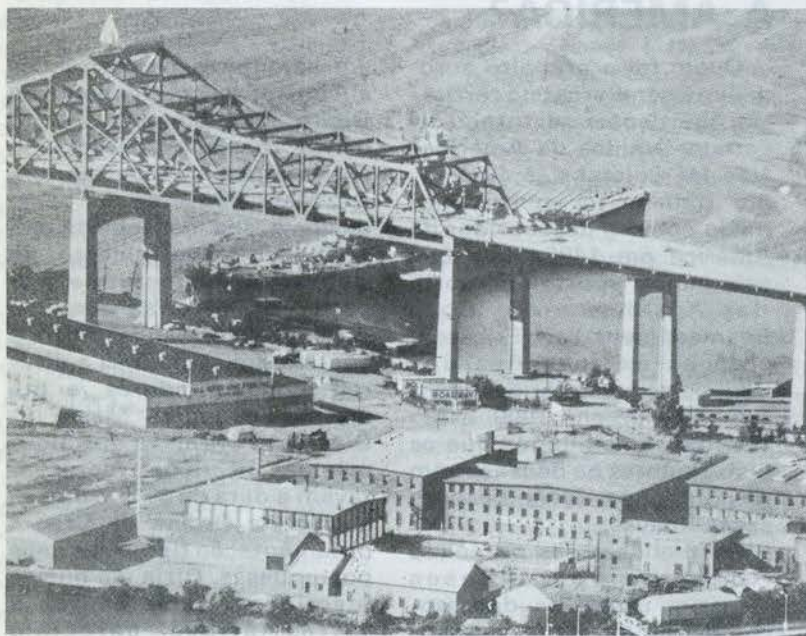
As suas estranhas inscrições foram atribuídas a diferentes colonizadores, e até mesmo aos índios. Mas o dr. Delabarre afirmava que algumas das inscrições representavam a data de 1511 e outras a cruz da Ordem de Cristo, ornamentação típica das naus portuguesas. Dizia ele que as inscrições, semelhantes a letras latinas, pareciam representar o nome de Miguel Corte Real. Ora Corte Real — dizem as cartas régias por-



tuguesas — partiu de Lisboa por volta do ano de 1502 com duas novas naus em direcção ao continente americano, e dele nunca mais ninguém teve notícias.

Alguns modernos aficionados de história, como o dr. Manuel Luciano da Silva, acreditam que Corte Real e a sua tripulação viveram junto com os índios na área de Massachusetts, durante nove anos, pelo menos. O dr. Silva, especialista em medicina interna num centro médico de Rhode Island e um sério estudioso da história portuguesa, afirma que a pele clara dos índios ali encontrados posteriormente por colonos europeus chegados à região «era uma característica herdada dos homens da tripulação de Miguel».

O dr. Silva apoia a teoria de Delabarre acerca das inscrições no Rochedo de Dighton, que se assemelham às cruzes religiosas da Ordem de Cristo



Na foto ao alto, durante as comemorações do bicentenário dos Estados Unidos, o navio-escola português «Sagres» é saudado por um barco americano. Em baixo, Ponte Braga em Fall River (Massachusetts), em homenagem a um marinheiro luso-americano falecido em Pearl Harbor, em 1941.

e aos escudos de armas tipicamente portuguesas. Nota também que a data de 1511 que se vê nas inscrições apresenta o que parece ser um cinco em forma de «S». «Esse seria o modo como um português o teria escrito», explica Silva a um articulista da revista «National Geographic».

Mas, afinal, o que levaria os exploradores a gravar na rocha tais coisas? Explicam os historiadores que se trata do sistema de apadrear, pelo qual os exploradores portugueses esculpam em pedras para assinalar o acto de posse das terras por ele descobertas a mando do rei de Portugal. Afirmam Silva e outros que as inscrições no Rochedo de Dighton significam «Miguel Corte Real é aqui, por vontade de Deus, chefe dos índios».

(«Horizontes USA» — n.º 5)

LIVROS

● O ENSINO DA LEITURA — Editorial Estampa

Livro preparado pela UNESCO, dedicado sobretudo aos responsáveis pela formação de professores primários, mas também de inegável interesse para quem acompanha de perto a problemática da educação em geral. Baseado nas experiências levadas a cabo em países de diferente desenvolvimento económico, nele poderão os pedagogos e educadores portugueses recolher experiências para o enriquecimento da sua prática profissional.

● A NOVELA POLICIAL-DEDUTIVA EM FERNANDO PESSOA — Fernando Luso Soares — Editora Diábril

A complexa e multifacetada personalidade de Fernando Pessoa analisada através de um dos menos conhecidos aspectos da sua actividade literária — o conto policial. Muito embora o tema merecesse atenção mais profunda, pode considerar-se um valioso contributo para o conhecimento do poeta da «Ode Triunfal».

● VIAGEM INVOLUNTÁRIA A SIBÉRIA — Andrei Amalrik — Editora Livros do Brasil

Testemunho real da vida na União Soviética em que o autor (um intelectual dissidente) nos relata os seus cinco anos de deportação na Sibéria. «Pretendi apenas — escreve Amalrik no prefácio — que o leitor vendo o que vi com os meus olhos, pudesse pelo menos fazer o seu julgamento (...). Sentir-me-ei satisfeito se o meu livro vier a contribuir, numa humilde medida, para destruir a ideia de que a força e a coacção podem conduzir a resultados positivos».

● REFLEXÕES SOBRE A CHINA — Álvaro Guerra — Editora Perspectiva e Realidades

Imprevisível e sempre misteriosa, a China concentra em si as aten-

ções de todo o Mundo. Entre a admiração e o temor, as opiniões sobre esta grande potência permanecem envoltas na dificuldade que o Ocidente tem em entender uma sociedade fechada sobre si, milenária, onde se verificam acontecimentos que muito podem influenciar a marcha da Humanidade. Álvaro Guerra foi ver a China e trouxe-nos um documento valioso — mas infelizmente curto — que pode responder a muitas das perguntas sobre a sua actual realidade social, política e cultural.

● O DESORDENADOR — Geor- ges Elgozy — Arcádia Editora

A informática, associada a todos os aspectos da vida quotidiana, invadiu o nosso universo físico e mental como meio de satisfazer todas as aspirações da inteligência. Transformou as estruturas, os meios de gestão, as condições da decisão. Finalmente, a Humanidade dispõe de prodigiosos recursos de informação e de acção: conhecimentos ilimitados a preços limitados. Em que ponto estamos? Apesar de tudo, o presente livro não é um «requiem» pelo ordenador, mas uma advertência pelo seu uso incorrecto.

● O HOMEM DO FUTURO — Paul Lengrand — Moraes Editores

Ao longo de 22 anos de trabalho na UNESCO, o autor teve oportunidade de acompanhar de perto a evolução da educação de adultos, tendo contribuído com diversos estudos para a elaboração do conceito de educação permanente. Apresenta-nos neste volume uma perspectiva da educação permanente baseada na ligação entre o pensamento e a acção, na utilização das várias formas da experiência humana — perspectiva que segundo as suas próprias palavras «implica mudanças radicais na estrutura e funcionamento das sociedades, hoje em dia desomnais (...)».

● O MUNDO QUE NÓS PERDEMOS — Peter Laslett — Edições Cosmos

Ensaio sobre a estrutura da sociedade inglesa antes da Revolução Industrial. A natural vastidão do tema remeteu o autor para questões de extrema curiosidade, principalmente pelo facto de estas se encontrarem na sua maior parte «sepultadas» nos ciosos arquivos das comunidades locais, ou mesmo pertencentes a pessoas sem qualquer actividade relacionada. Trabalho precioso para os especialistas de tão complexo tema.

● ELEMENTOS PARA UMA POLÍTICA EXTERNA DO PORTUGAL DEMOCRÁTICO — Medeiros Ferreira

A política externa portuguesa assume cada vez maior importância — quer para os nossos interesses internos, quer ainda para o papel que podemos e devemos desempenhar no contexto europeu e mundial. Três textos do actual ministro dos Negócios Estrangeiros, dr. Medeiros Ferreira, constituem esta publicação editada pelo M.N.E. São eles a tese apresentada ao Congresso da Oposição Democrática em Abril de 1973, o discurso proferido na data de adesão de Portugal ao Conselho da Europa e a intervenção na 31.ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. De assinalar neste livro o primeiro dos textos referidos (a tese apresentada ao Congresso da Oposição Democrática), que corresponde a uma reflexão

global sobre os problemas da Nação Portuguesa, então confrontada com um regime ditatorial incapaz de encontrar as soluções que se impunham para a defesa dos interesses nacionais. «Nesta reflexão global — escreve na introdução o dr. Eduardo Paz Ferreira — um papel muito importante é desempenhado pela análise das opções de política externa que poderiam servir o povo português. Nela fica claramente afirmada a imperatividade da tarefa de descolonização e a sua última ligação à participação do nosso País na obra de construção europeia e no estabelecimento de um diálogo entre a Europa e a África».

Importante documento para o entendimento da perspectiva portuguesa em relação ao Mundo, bem como para a compreensão do pensamento político do chefe da diplomacia portuguesa.

PANORAMA DAS LITERATURAS — Léon Thoorens — Livraria Bertrand

Em oito volumes, um dos mais completos itinerários do pensamento e da arte da escrita desde os primórdios da civilização até aos nossos dias. Trabalho de grande profundidade, «Panorama das Literaturas» granjeou para o seu autor o Prémio Malpertuis, em 1971.

Panorama das Literaturas

Mesopotâmia • Egipto • Polinésia • Fenícia • Grécia



● OBRAS COMPLETAS DE FRANCISCO DE SÁ DE MIRANDA — Editora Sá da Costa

Sá de Miranda é considerado o introdutor em Portugal das novas formas literárias do Renascimento. Homem para quem a vida e a obra constituem uma só peça, nenhum dos seus contemporâneos se elevou a tão grande altura na defesa da justiça para o homem humilde e na compreensão do fenómeno sociais do seu tempo.

● PORTUGAL, CINQUENTA ANOS DE DITADURA — António de Figueiredo — Publicações D. Quixote

Publicada originalmente em Inglaterra e nos Estados Unidos, em 1975, esta obra faz parte da documentação indispensável para o conhecimento do regime que durante 48 anos no subdesenvolvimento económico e social manteve Portugal no subdesenvolvimento económico e social. No livro, a figura de Salazar aparece e reaparece na cena através dos acontecimentos que mais influenciaram o País — a maré alta do fascismo e do nazismo, a guerra civil espanhola, a segunda guerra mundial, as guerras coloniais portuguesas, além de outros períodos de rotineira opressão interna.

● GARCIA LORCA ASSASSINADO — José Luis Vila-San-Juan — Livraria Bertrand

A morte de Garcia Lorca foi durante tanto tempo silenciada por interesses políticos que se tornou cada vez mais necessário destrinçar este trágico acontecimento. Do assassinato foram dadas inúmeras versões, nenhuma delas no entanto suficientemente comprovadas. Confrontando dados e apoiando-se em abundantes testemunhos e acontecimentos, o autor estabelece uma teoria com a qual espera contribuir decisivamente para esclarecer factos geralmente deformados por interpretações tendenciosas.

AOS ASSINANTES

A fim de facilitar a cobrança das quantias enviadas para assinatura da Revista «25 de Abril», agradecemos aos nossos leitores o favor de observarem o seguinte:

Toda a correspondência deve ser enviada para **Praça do Areeiro, 11, 2.º, esq. — Lisboa**. Contudo, os documentos para pagamento (Cheques, vales de correio, ordens de pagamento, etc.) devem ser dirigidos simplesmente a **Secretaria de Estado da Emigração**, conforme o exemplo abaixo indicado. Mais agradecemos que qualquer documento (incluindo o próprio remetente) seja escrito de forma bem legível, de preferência em maiúsculas.

AA 839426

SELO DE CHEQUES

CAIXA ECONÓMICA PORTUGUESA

PAGUE A SECRETARIA DE ESTADO DA EMIGRAÇÃO

CONTRA ESTE CHEQUE

DE

DE 19

CI

ESC. 3

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

(VIA AÉREA)

PAÍSES	12 MESES		6 MESES	
França...	250\$00	45 F.	125\$00	23 F.
Bélgica ...	250\$00	370 F. B.	125\$00	190 F. B.
Alemanha ...	250\$00	24 D. M.	125\$00	12 D. M.
Inglaterra ...	250\$00	4,50 £	125\$00	2,50 £
Espanha ...	200\$00	80 P.	100\$00	240 P.
Brasil ...	320\$00	115 Cr.	160\$00	60 Cr.
Canadá ...	340\$00	15 d.	170\$00	8 d.
E. U. A. ...	340\$00	15 d.	170\$00	8 d.
Outros países da Europa ...	250\$00		125\$00	
Outros países fora da Europa...	340\$00		170\$00	

Queiram enviar-me mensalmente a revista «25 de Abril» da Secretaria de Estado da Emigração. Para o efeito, envio a importância de..... \$

NOME

MORADA.....

LOCALIDADE

PAÍS.....

Preencha este cupão, recorte-o pelo tracejado e envie-o, juntamente com a importância respectiva para:

Secretaria de Estado da Emigração
Praça do Areeiro, 11-2.º Esq.º
Lisboa — PORTUGAL



a sua casa no seu país

**ESPECIAL
EMIGRANTES
POUPANÇA
CRÉDITO**

Todos nós crescemos com a ideia de ter uma casa. Desde os bancos da escola. Agora é mais fácil. E não só uma casa para viver ou para arrendar, mas até uma terra para amansar. Moradias, terras, andares, podem ser comprados com os empréstimos da POUPANÇA-CRÉDITO.

Mas o que é a POUPANÇA-CRÉDITO? É uma nova conta bancária especial para os emigrantes portugueses. Uma conta de depósito que dá direito a ter crédito. Para si, que trabalha e vive no estrangeiro. Então, abra já uma conta de POUPANÇA-CRÉDITO, para a qual passará a fazer as suas transferências em moeda estrangeira. Os juros deste depósito vão até 10,5%. E durante 5 anos pode contrair um empréstimo igual ao depósito que tiver acumulado, em qualquer altura. O empréstimo máximo é de 1000 contos.

Com o depósito e o empréstimo, em conjunto, realizará mais facilmente os seus projectos. A taxa de juro destes empréstimos é baixa — apenas 6,5%! O Estado cobre a diferença. Tem até 12 anos para pagar. Isenção de sisa e de contribuição predial durante 10 anos. Consulte já a Caixa Geral de Depósitos. E faça quanto antes o seu depósito de POUPANÇA-CRÉDITO! Confie em Portugal! O seu País renovado!

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS



Av. Presidente Vargas, 62—RIO DE JANEIRO • Largo do Calhariz—LISBOA 2 • 80, Av. Marceau—PARIS



LOGO À PARTIDA A TAP RECEBE-O COMO NA SUA TERRA!
DE ONDE QUER QUE ESTEJA NÓS TRAZEMO-LO PARA:

PORTUGAL CONTINENTAL

AÇORES

E MADEIRA

TAP
TRANSPORTES
AÉREOS PORTUGUESES